

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

PUC-SP

Luís Otávio Francisco Nitz

O neoliberalismo e suas complicações:  
reflexões no mundo e na realidade brasileira

Bacharelado em Ciências Econômicas

São Paulo

2022

Luís Otávio Francisco Nitz

O neoliberalismo e suas complicações:  
reflexões no mundo e na realidade brasileira

Monografia apresentada à banca examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas, sob a orientação do(a) prof.(a), dr.(a) – Mariana Ribeiro Jansen Ferreira.

São Paulo

2022

Sistemas de Bibliotecas da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo -  
Ficha Catalográfica com dados fornecidos pelo autor

Nitz, Luis Otavio Francisco

O neoliberalismo e suas complicações: reflexões  
no mundo e na realidade brasileira / Luis  
OtavioFrancisco Nitz. -- São Paulo: [s.n.], 2022.  
61p ; 21 cm.

Orientador: Mariana Ribeiro Jansen Ferreira.  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) --  
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo,  
Graduação em Ciências Econômicas, 2022.

1. Neoliberalismo. 2. Desigualdade. I. Ferreira,  
Mariana Ribeiro Jansen. II. Pontifícia Universidade  
Católica de São Paulo, Graduação em Ciências  
Econômicas. III. Título.

CDD

Banca Examinadora

---

---

---

---

---

À comunidade da Pontifícia Universidade  
Católica de São Paulo pelo apoio permanente.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a minha orientadora por toda paciência e dedicação a mim concebida, me ajudando a alcançar o sucesso nesse projeto.

A todos os meus professores por todos ensinamentos e vivências compartilhadas nesse período importante da minha formação acadêmica.

Aos meus pais por todo apoio, suporte e orientação oferecidos proporcionando uma experiência ímpar que é realizar a graduação em um curso de nível superior.

Se você assume que não existe esperança, então você garante que não haverá esperança. Se você assume que existe um instinto na direção à liberdade, então existem oportunidades de mudar as coisas. (CHOMSKY, Noam)

## RESUMO

NITZ, Luis Otávio Francisco. O neoliberalismo e suas complicações.

Nesse trabalho foi realizada uma análise crítica do neoliberalismo, de seus fundamentos teóricos e seu impacto na desigualdade. Por meio de uma conceituação da doutrina econômica, uma avaliação da experiência neoliberal no Brasil e seu impacto na desigualdade. O ponto central do trabalho é evidenciar os danos sociais e econômicos da doutrina na elevação da desigualdade. Para a execução foi essencial a revisão os conceitos teóricos dentro da literatura pertencente ao tema, visitando livros, artigos e trabalhos. Simultaneamente, foi avaliado o exemplo prático das medidas neoliberais adotadas pelo governo brasileiro e suas reais consequências.

**Palavras-chave:** neoliberalismo; desigualdade; Brasil.

## **ABSTRACT**

NITZ, Luis Otávio Francisco. Neoliberalismo and its complications.

This work presents a critical analysis of neoliberalism, its theoretical foundations and its impact on inequality. Through a conceptualization of economic doctrine, an assessment of the neoliberal experience in Brazil and its impact on inequality. The central point of the work is to highlight the social and economic damages of the doctrine in the increase of inequality. For the execution, it was essential to review the theoretical concepts within the literature pertaining to the theme, visiting books, articles and works. Simultaneously evaluating the practical example of the neoliberal measures adopted by the Brazilian government and its real consequences.

**Keywords:** neoliberalism; inequality; Brazil.

## LISTA DE FIGURAS

Tabela 1:Dez medidas do Consenso de Washington.....	27
Gráfico 1: participação da remuneração do trabalho na renda - total da economia.....	46
Tabela 2: Componentes do Produto Interno Bruto pela Ótica da Renda Brasil – 1991-1999.....	51
Anexo 1: Participação das remunerações do trabalho na renda e PIB per capita (pc).....	60

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Nacional
BOVESPA	Bolsa de Valores de São Paulo
CC-5	Carta Circular 5
EUA	Estados Unidos da América
F&A	Fusões e Aquisições
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FMI	Fundo Monetário Internacional
GATT	Acordo Geral de Tarifas e Comércio
IDE	Investimento Direto Estrangeiro
IRPF	Imposto de Renda da Pessoa Física
MSI	Modelo de Substituição de Importações
PEA	População Economicamente Ativa
PED	Pesquisa de Emprego e Desemprego
PIA	População em Idade Ativa
PIB	Produto Interno Bruto
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	13
<b>CAPÍTULO 1 – CONCEITUAÇÃO DO NEOLIBERALISMO</b> .....	14
1.1 LIBERALISMO CLÁSSICO .....	14
1.2 DECLÍNIO DO LIBERALISMO E ASCENSÃO DO NEOLIBERALISMO .....	16
1.3 A CONSTITUIÇÃO DO PENSAMENTO NEOLIBERAL .....	19
1.4 A DISSEMINAÇÃO NEOLIBERAL .....	21
<b>CAPÍTULO 2 – NEOLIBERALISMO NO BRASIL</b> .....	25
2.1 CONSENSO DE WASHINGTON .....	25
2.2 ABERTURA COMERCIAL .....	28
2.3 PRIVATIZAÇÕES .....	32
2.4 ABERTURA FINANCEIRA .....	35
<b>CAPÍTULO 3 - A DESIGUALDADE E O NEOLIBERALISMO</b> .....	41
3.1 A ESSÊNCIA DESIGUAL DO NEOLIBERALISMO .....	41
3.2 DESIGUALDADE NO BRASIL .....	45
3.2.1 NEOLIBERALISMO NO BRASIL E A RENDA DO TRABALHO NO PIB .....	46
3.2.2 DESIGUALDADE TRIBUTÁRIA .....	53
<b>CONCLUSÃO</b> .....	56
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	57
<b>ANEXOS</b> .....	60

## INTRODUÇÃO

O tema abordado nessa monografia é o neoliberalismo e o seu impacto sobre a desigualdade nas sociedades nas quais foi implementado. Nesse trabalho, foi retratada a história da teoria para melhor compreensão da doutrina socioeconômica. Essa reflexão é de extrema importância, pois vemos que vários governos ao redor do mundo estão voltando a adotar medidas neoliberais de forma mais intensa. Nesse sentido, é necessário desmistificar o neoliberalismo e as suas desregulações do trabalho, como foi o caso durante o curto período do governo Temer, que teve sequência no governo de Jair Bolsonaro.

Considerando a relevância do tema, essa monografia tem como objetivo realizar uma análise do neoliberalismo, de seus fundamentos teóricos e seu impacto na desigualdade, por meio de uma recuperação histórica da doutrina econômica, uma avaliação de experiência neoliberal no Brasil e seu impacto sobre a desigualdade.

Essa monografia é formada por essa breve introdução, três capítulos e conclusões finais. No primeiro capítulo propõe-se a efetuar uma recuperação histórica do neoliberalismo, suas correntes e seus principais pressupostos. Passando desde o liberalismo clássico de Smith e Ricardo, que é a base ideológica pela qual o neoliberalismo vai surgir, abordando seu surgimento no “Colóquio de Walter Lippmann”, até sua disseminação, principalmente por Hayek e Friedman, que fizeram com que se tornasse a ideologia substituidora do keynesianismo.

No segundo capítulo, com a doutrina neoliberal já estabelecida, chega-se ao ponto de alcançar a sociedade brasileira. Avaliaremos a experiência neoliberal vivida no Brasil, visitando o seu início no Consenso de Washington, e seus processos de abertura comercial, privatizações e abertura financeira.

O terceiro capítulo propõe resgatar os fundamentos teóricos do neoliberalismo e vinculá-los ao aumento da desigualdade socioeconômica brasileira. Nesse sentido, explicita-se como a desigualdade está enraizada no neoliberalismo, mostrando-se o modo pelo qual ela relaciona-se com sua experiência neoliberal no Brasil, afetando as relações sociais de trabalho e tributação no país.

## CAPÍTULO 1 – CONCEITUAÇÃO DO NEOLIBERALISMO

Este primeiro capítulo se propõe a efetuar uma recuperação histórica do neoliberalismo, suas correntes e seus principais pressupostos.

### 1.1 LIBERALISMO CLÁSSICO

O liberalismo, doutrina econômica originada no século XVIII, surge em oposição ao mercantilismo, conjunto de ideias e práticas econômicas vigentes na Europa desde o século XV. Enquanto o último defendia a intervenção estatal na economia, o protecionismo, valendo-se do metalismo e da balança comercial favorável como fontes de geração de riqueza, as ideias liberais eram antagônicas, e exprimiam oposição aos monarcas que exerciam um controle quase absoluto sobre a economia (DEYON, 1973).

Os economistas liberais clássicos defendiam o direito natural ao livre mercado, o *laissez-faire* e a propriedade privada, destacando-se pelo questionamento do limite do Estado. A ideia de que o homem tem a capacidade de usar a razão para produzir e consumir. Com isso, tem-se a criação de uma dinâmica social entre os agentes econômicos, que afirma que o homem, como indivíduo inserido no contexto econômico, é movido somente por seus interesses financeiros e materiais e, assim, maximiza a sua riqueza, gerando benefício à sociedade. Como embasamento disso, tem-se uma citação do economista Adam Smith (1983): “o que vai gerar a riqueza das nações é o fato de cada indivíduo procurar o seu desenvolvimento e crescimento econômico pessoal”. Portanto, a economia seria beneficiada e movida em sua natureza pelo interesse privado dos indivíduos.

Para Smith (1983), o Estado só alcançará sua máxima eficiência dando aos seus agentes econômicos, os indivíduos, a maior liberdade possível para produzir, comprar e vender, sem que haja interferência e, caso ocorra algum desajuste, o próprio mercado corrigirá naturalmente. Nesse sentido, o Estado deveria ser a “mão invisível” que regula o mercado, deixando-o assim criar a sua própria demanda através de sua oferta. Muitas vezes, para vender-se um produto, os preços terão de ser ajustados às expectativas de quem quer comprar, deixando o mercado equilibrar os preços por meio da concorrência capitalista, cujo capital se movimentará livremente pelos setores econômicos em busca da maior rentabilidade.

Como explicitadas por Smith (1983, p.47):

[...] uma vez eliminados inteiramente todos os sistemas, sejam eles preferenciais ou de restrições, impõe-se por si mesmo o sistema óbvio e simples da liberdade natural. Deixa-se a cada qual, enquanto não violar as leis da justiça, perfeita liberdade de ir em busca de seu próprio interesse, a seu próprio modo, e fazer com que tanto seu

trabalho como seu capital concorram com os de qualquer outra pessoa ou categoria de pessoas.

Distintamente dos mercantilistas, que enxergavam a riqueza na acumulação de metais preciosos, Smith (1983) via a verdadeira riqueza na capacidade de um país de produzir bens. Desse modo, defendia a divisão do trabalho, a fim de que cada trabalhador se tornasse especialista, e de que isso revelasse o dom de cada um e sua produtividade física, criando uma mão de obra especializada e com maior capacidade produtiva. Essa ideia se galgou para as nações, sustentando que cada país deveria especializar-se na produção de apenas certos bens para comercializá-los no mercado, pois apenas o produtor mais eficiente de uma mercadoria é o exportador dessa no mercado internacional. O comércio entre os países, então, é explicado em termos de vantagens absolutas: se um país tem vantagem absoluta (maior produtividade) na produção de um bem, então existe potencial de ganhos decorrentes do comércio internacional.

Em 1817, David Ricardo agregaria uma nova visão a essa teoria de Smith. O autor focou na derivação de tendências mais gerais e de longo prazo na economia, a partir da conjuntura econômica de seu tempo. Assim, em sua visão não se pode pensar na economia sem pensar no contexto global em que ela está inserida. Nesse sentido, haverá o desenvolvimento da “Teoria das Vantagens Comparativas”, na qual um país pode participar do comércio exterior, mesmo não sendo o produtor mais eficiente daquele produto no mercado, pois cada nação se especializaria na produção de bens em relação aos quais tinha uma vantagem comparativa.

À vista disso, se o Estado incentivar a produção de determinado bem por uma nação, ele desincentivará a produção dos demais bens em que a nação tem vantagem comparativa para satisfazer uma demanda artificial. Deste modo, de maneira semelhante a Smith, Ricardo analisa o mercado como o melhor meio para se gerar eficiência, justiça e riqueza. Além disso, a busca pela maior taxa de lucro faz com que os capitalistas migrem do setor menos rentável para o mais rentável, não sendo necessária uma equiparação aritmética para se reduzir os estímulos a movimentação intersetorial, já que, devido à complexidade dos setores econômicos apenas com a liberdade e a concorrência se alcançará a paz e harmonia internacional (RICARDO, 1982).

Outro pensador liberal que teve destaque no fim do século XIX foi Herbert Spencer, que não admite a necessidade de um centro político para regulação das atividades. Para ele, o Estado deve apenas assegurar o cumprimento dos contratos livremente consentidos. Ele introduziu o sistema de concorrência nas relações sociais como uma “seleção natural” dos mais aptos, uma espécie de darwinismo social. Em função disso, Spencer vai se opor a qualquer intervenção estatal, avaliando como uma precipitação a interferência do Estado no auxílio dos mais fracos, é intensificado pelo sufrágio universal em decorrência da insaciedade das grandes massas. Com

a transferência do concorrencialismo para o centro do liberalismo, o “spencerismo” apresentou um dos temas primordiais do neoliberalismo (DARDOT; LAVAL, 2016).

Dardot e Laval (2016, p.52) sintetizaram bem esse novo rumo que o liberalismo tinha tomado:

No primeiro modelo, que encontramos de forma exemplar em Smith e Ricardo, mas é muito anterior a eles, a livre troca favorece a especialização das atividades, a divisão das tarefas nas oficinas, assim como a orientação da produção nacional. O mercado, nacional ou internacional, com seu jogo próprio, é a mediação necessária entre as atividades, o mecanismo de sua coordenação. A consequência primeira desse modelo comercial e mercantil é que, pelo aumento geral da produtividade média que decorre da especialização, todo mundo ganha na troca. Essa não é uma lógica eliminatória do pior dos sujeitos econômicos, mas uma lógica de complementaridade que melhora a eficácia e o bem-estar do pior dos produtores. É claro que aquele que não quiser obedecer a essa “regra do jogo” deve ser entregue à própria sorte, mas aquele que participa do jogo não pode perder. No segundo modelo, ao contrário, nada garante que aquele que participa da grande luta da seleção natural irá sobreviver, apesar de seus esforços, de sua boa vontade, de suas capacidades. Os menos aptos, os mais fracos, serão eliminados por aqueles que são mais adaptados, mais fortes na luta. Não se trata mais de uma lógica de promoção geral, mas de um processo de eliminação seletiva. Esse modelo não faz mais da troca um meio de se fortalecer, de melhorar; ele faz dela uma prova constante de confronto e sobrevivência. A concorrência não é considerada, então, como na economia ortodoxa, clássica ou neoclássica, uma condição para o bom funcionamento das trocas no mercado; ela é a lei implacável da vida e o mecanismo do progresso por eliminação dos mais fracos.

## 1.2 DECLÍNIO DO LIBERALISMO E ASCENSÃO DO NEOLIBERALISMO

A crise do liberalismo, que ocorre dos anos 1880 até os anos 1930, é intrínseca, com uma paulatina reformulação dogmática nos países industrializados nos quais reformistas sociais conquistam força. O entendimento propagado por Jean-Baptiste Say e pela Escola de Manchester do Estado “vigia noturno” apresenta-se descompassado com a regulação inevitável do capitalismo monopolístico, que surgia na Alemanha e no EUA. As premissas liberais do agente econômico autossuficiente, movido pelo seu próprio interesse, já não condizem com as estruturas do sistema econômico industrial e financeiro, gradativamente mais centralizado em monopólios conectados a equipe política.

O neoliberalismo dissemelhante ao liberalismo: *“não se pergunta mais sobre que tipo de limite dar ao governo político, ao mercado (Smith), direitos (Locke) ou cálculo da utilidade (Bentham), mas sim, sobre como fazer do mercado tanto o princípio do governo dos homens como o do governo do si”* (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 34).

Essa crise liberal de governabilidade abriu espaço para uma renovação da teoria sobre a economia tradicional, com a Primeira Guerra Mundial e a agressividade e durabilidade da Grande Depressão. Notáveis intelectuais econômicos, como Karl Polanyi e John M. Keynes,

concluíram que o Estado deveria ser muito mais atuante do que era na concepção de Estado dos liberais clássicos. Na compreensão destes autores, apenas o Estado teria capacidade de retomar a economia e a vida social, sem destruir o capitalismo liberal, mas o salvando. Essa reestruturação por um equilíbrio entre o liberalismo clássico e o socialismo, apesar de não ser um “meio termo”, utilizava-se da intervenção estatal na economia como meio de inibir o anarquismo social e político. Com isso, a reestruturação produzia condições para que todos os indivíduos possam ter possibilidade de efetuar de fato sua liberdade, e as verdadeiras trocas justas só poderiam ocorrer com dois agentes com forte equiddependência, o que é sintetizado por Dardot e Laval (2016, p.61): *“A sociedade moderna multiplica as relações contratuais, não apenas no campo econômico, mas em toda a vida social. Portanto, convém multiplicar as ações de reequilíbrio e proteção para garantir a liberdade de todos, sobretudo dos mais fracos”*.

Segundo Karl Polanyi (1940: 2000), para que o crescimento capitalista aconteça, é necessário que as relações de troca vistas nas mercadorias sejam também implementadas nas relações sociais entre os agentes e seus semelhantes. Isso traz o conceito de capital/trabalho para o relacionamento dos indivíduos, e instala a concorrência e a competição generalizada na sociedade. A partir disso, será possível que o Estado assuma uma dupla função de criador e regulador da economia e de repressor do livre mercado, como afirmam Dardot e Laval (2016, p.63) quando sintetizam o pensamento do escritor.

Karl Polanyi afirma que o Estado liberal conduziu uma dupla ação com sentidos contrários no século XIX. De um lado, agiu em favor da criação dos mecanismos de mercado e, de outro, implantou mecanismos que o limitaram; de um lado, apoiou o “movimento” na direção da sociedade de mercado e, de outro, levou em consideração e reforçou o “contramovimento” de resistência da sociedade aos mecanismos de mercado.

Deste modo, a “grande transformação” citada por Polanyi ocorrerá nas décadas de 1930 e 1940 e representará o fim do liberalismo clássico e desaparecimento da civilização de mercado. Todavia, em sua visão da função do Estado a uma dualidade entre a criação de mercado e a proteção da sociedade, isso faz com que ele deixe de lado um terceiro panorama de proteção do mercado. Com isso, assegura o mercado autorregulador que será muito usado pelo neoliberalismo e estabelecerá uma nova forma de racionalidade governamental.

De forma estrita, o liberalismo econômico é o princípio organizador de uma sociedade na qual a indústria se baseia na instituição de um mercado auto-regulável. É verdade que, uma vez atingido um tal sistema, mesmo aproximadamente, é cada vez menos necessário um certo tipo de intervenção. Todavia, isto não quer dizer que sistema de mercado e intervenção são termos mutuamente exclusivos. Enquanto esse sistema não é estabelecido, os liberais econômicos apelarão, sem hesitar, para a intervenção do estado a fim de estabelecê-lo e, uma vez estabelecido, a fim de mantê-lo. O liberal

econômico pode, portanto, sem qualquer contradição, pedir que o estado use a força da lei; pode até mesmo apelar para as forças violentas da guerra civil a fim de organizar as precondições de um mercado auto-regulável. (POLANYI, 2000, p. 181).

Em resposta à crise do modo de governo liberal, à ascensão do socialismo, a Revolução Russa, as crises de superprodução e as crises financeiras, emergiram duas novas linhas de pensamento econômico: o keynesianismo e o neoliberalismo. Ambas produzem uma reinterpretação da intervenção governamental, com a intenção de conter a escalda do seu antagonista em comum: o totalitarismo.

Keynes (apud STEGER; ROY, 2013), essencialmente, apoiava o incremento dos gastos públicos em tempos de crise econômica, gerando novos empregos e aumentando o consumo, enquanto nos períodos de crescimento econômico deveriam ser reduzidos os gastos, mantendo a inflação estável. Deste modo, ele enxergava como um erro primordial a inaptidão do liberalismo clássico em reconhecer que no capitalismo moderno é essencial uma presença e regulação estatal maior. Nesse sentido, Keynes vincula a falta de emprego à ausência de gastos e investimento privado, responsabilidade dos investidores que priorizam o curto prazo através de aplicações especulativas desregulando o mercado. Ademais, havia também uma mudança nas relações políticas, marcada pelo intermédio do Estado na relação entre as corporações e os operários. A execução dos ideais keynesianos levaram ao que foi conhecido como a “era dourada do capitalismo controlado” que durou de 1945 até 1975 (STEGER; ROY, 2013, p. 26).

Com as crises dos anos 1970, os choques do petróleo em 1973 e 1979, a estagflação e o declínio do lucro empresarial, termina a era dourada do capitalismo. Em resposta a essas crises surgiu uma nova classe de intelectuais que renovaram o liberalismo clássico, adaptando-o ao novo contexto globalizado do século XX (STEGER; ROY, 2013). Esse grupo neoliberal acabou determinando a política econômica que seria efetuada nas três décadas seguintes, e propagou mundialmente a crença no livre mercado e livre comércio. Eles afirmavam que as despesas públicas excessivas, as barreiras ao comércio internacional e a regulação estatal foram as culpadas do baixo crescimento econômico e da alta inflação.

O neoliberalismo é um modelo econômico bem amplo. Pode-se enxergá-lo em concepções diferentes: uma ideologia, um modo de governabilidade e um conjunto de políticas. Como ideologia, o neoliberalismo é disseminado por elites do poder global, validando certos interesses políticos e defendendo estruturas de poder no aparelho do Estado. Assim, impregna o público com os discursos romantizados das ideias neoliberais do livre mercado e do consumismo exacerbado. A dimensão da “governamentalidades”, como era chamada por

Foucault, consolida-se na concorrência, na descentralização, no interesse pessoal, no mercado livre autorregulador e no espírito empreendedor. Na qualidade de conjunto de políticas, o neoliberalismo expressa-se em aspectos como a desregulação da economia, a liberalização do comércio e da indústria e a privatização das empresas detidas pelo Estado. Ele consolidará a transferência da concorrência como lei geral da vida individual e coletiva, com apoio imprescindível do Estado para realização de tal feito, reconhecendo o *laissez-faire* como algo artificial e planejado e não algo natural e espontâneo, como era visto pelos liberais inicialmente. (STEGER; ROY, 2013, p.31)

### 1.3 A CONSTITUIÇÃO DO PENSAMENTO NEOLIBERAL

O pioneirismo do pensamento neoliberal teve origem no “Colóquio de Walter Lippmann”, conferência realizada em agosto de 1938, em Paris, segundo Dardot e Laval (2016) e Foucault (2008). Com cinco dias de duração, caracterizou-se pela presença de uma gama global de intelectuais liberais, entre eles os teóricos da Escola Austríaca como Friedrich Hayek e Ludwig von Mises, os ordoliberais alemães Wilhelm Röpke e Alexander von Rüstow e os franceses Raymond Aron, Jacques Rueff e Louis Rougier. Essa representação cosmopolita do colóquio será de extrema importância para a propagação do neoliberalismo.

O colóquio organizado por Louis Rougier, teve seu nome escolhido para homenagear o jornalista americano Walter Lippmann, que estava em Paris para lançar seu livro “*An Inquiry into the Principles of the Good Society*”, que seria debatido na reunião. Uma questão central lembrada pela obra de Lippmann é de que “o regime liberal é resultado de uma ordem legal que pressupõe um intervencionismo jurídico do Estado” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 75), frase que ditou o tom do debate e causou controvérsia em alguns participantes. Surgirão duas perspectivas sobre os ocorridos sociais, políticos e econômicos no entreguerra, separando os autores e seus horizontes políticos sobre a “crise do capitalismo”:

Para uns, a doutrina do *laissez-faire* deve ser renovada, sem dúvida, mas deve sobretudo ser defendida daqueles que pregam a ingerência do Estado. Destes últimos, Lionel Robbins na Inglaterra e Jacques Rueff na França, juntamente com os “austríacos” Von Mises e Hayek, estão entre os autores mais conservadores em matéria doutrinal. Para outros, o liberalismo deve ser integralmente refundado e favorecer o que já é chamado de “intervencionismo liberal”, segundo o termo utilizado por Von Rüstow e Henri Truchy. As divergências sobre as análises da grande crise são particularmente significativas dessas duas opções possíveis. Para os primeiros, os fatores principais do caos devem ser buscados na tradição progressista dos princípios do liberalismo clássico (Robbins, Rueff, Hayek, Von Mises); para os segundos, as causas da crise são encontradas no próprio liberalismo clássico (Rougier, Lippmann e os teóricos alemães do ordoliberalismo (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 76 -77).

Nas análises e debates durante o colóquio, os ortodoxos perderam força enquanto os ordoliberais acabaram encabeçando o curso de refundação do liberalismo, independentemente de não haver ainda um consenso.

A linha que vai se sobressair no colóquio:

[...] une a perspectiva de Rougier, de ordem essencialmente epistemológica, a de Lippmann, que lembra a importância da construção jurídica no funcionamento da economia de mercado, e, por fim, aquela, muito próxima, dos “sociólogos liberais” alemães Röpke e Von Rüstow, que enfatizam a sustentação social de mercado, que por si só não é capaz de assegurar a integração de todos (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 79).

Ou seja, assumiam a economia como derivada de uma lei forte, garantida pelo poder e ordem do Estado, e com um sistema jurídico pré-definido, que se contrapõem ao intervencionismo administrativo, objetivando garantir o desenvolvimento e a eficiência do livre mercado, submetido a concorrência: “a ideia decisiva do colóquio é que o liberalismo clássico é o principal responsável pela crise por que ele passava” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 81). Havia, assim, uma crítica de que o raciocínio liberal que cada vez mais se aproxima dos dogmas darwinistas sociais pregados pelo *spencerismo*, e, deste modo, afastando o Estado do seu papel de regulador, permitindo o surgimento de monopólios e crises econômicas.

Essa submissão a uma ordem supostamente natural, que está no princípio do *laissez-faire*, é uma ilusão baseada na ideia de que a economia é um domínio à parte, que não seria regido pelo direito. Essa independência da economia com relação às instituições sociais e políticas é o erro básico da mística liberal que leva ao não reconhecimento do caráter construído do funcionamento do mercado. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 81).

Então, o que está sendo procurado no instante de criticar o liberalismo clássico e o intervencionismo keynesiano, que era considerado uma forma de autoritarismo, é uma série de princípios que norteiam o *intervencionismo liberal*, cujo ponto principal é a competição.

O capitalismo concorrencial não é um produto da natureza: ele é uma máquina que exige vigilância e regulação constantes. (...) O critério absoluto é o respeito aos princípios da concorrência. (...) A concorrência só pode ser estabelecida pela ingerência do Estado (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 88).

“A palavra mais importante na reflexão de Lippmann é *adaptação*”. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 89). Então, para o jornalista, a implementação de uma nova agenda neoliberal demanda uma revolução nos sistemas de produção e uma adaptação na concepção de mundo que os cidadãos, adaptação essa que só possível com a intervenção do Estado. Ele “aponta dois aspectos propriamente humanos dessa política global de adaptação à competição: a eugenia e a educação” que para se enquadrarem “a política neoliberal deve *mudar o próprio homem*”, (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 88).

O princípio fundamental para essa transformação é a concorrência, garantida pelo Estado como a base para a reestruturação da doutrina liberal, fazendo com que o livre mercado opere com sua maior eficiência. Nessa perspectiva, tanto os liberais clássicos, quanto os totalitaristas tenham uma visão equivocada do limite da intervenção estatal.

Os adeptos do coletivismo e os do *laissez-faire* equivocam-se por razões contrárias sobre a ordem política correspondente a um sistema de divisão do trabalho e troca. Uns queriam administrar todas as relações dos homens entre eles, e os outros gostariam de acreditar que essas relações são livres por natureza. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 94).

Lippmann defendia também um governo das elites: “o fato [é] que os povos têm influência demais por intermédio da opinião pública e do sufrágio universal” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 99). Assim, os governantes, que deveriam tomar decisões distintas das opiniões impulsivas e não fundamentadas pelo povo, teriam dificuldade em tomar decisões que seriam as corretas, porém contrárias as vontades da maioria, e permanecer no poder. Logo, “o povo deve nomear quem o dirigirá, e não dizer a cada instante o que deve ser feito. Essa é a condição para evitar que o Estado seja conduzido a uma intervenção generalizada e ilimitada” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 99).

Esse é novo panorama, com a reestruturação do liberalismo, estabelecido no colóquio e que vai ser aplicado na Alemanha e será conhecido como ordo-liberalismo ou ordo-liberalismo alemão, representado por Walter Eucken e Willhelm Röphe. A teoria ordo-liberal defende que o Estado ordene a concorrência e o livre mercado, não permitindo o surgimento de monopólios e simultaneamente, distanciando-se do regime totalitário que emergia no país. Gradativamente, este modelo transforma-se por meio da consolidação desta combinação entre preceitos liberais e ajustes estatais na direção da chamada economia social de mercado, que corresponde ao Estado de bem-estar europeu do pós-guerra em sua versão alemã. Deste modo, o panorama do neoliberalismo já era moldado nos anos 1930, antes da Sociedade de Mont-Pèlerin ser fundada e de Hayek assumir a dianteira do movimento.

#### 1.4 A DISSEMINAÇÃO NEOLIBERAL

O neoliberalismo foi operado em dois períodos e teve significados distintos. Um deles vai se disseminar em todo o planeta e tomar um rumo diferente do pensamento ordoliberal alemão, sendo mais próximo da sociedade de mercado neoliberal e mais crítico ao intervencionismo. Além disso, levará como referência a obra de Hayek: “O caminho da servidão”, de 1944, na qual se associa todo intervencionismo ao autoritarismo.

Hayek (2010) afirma que, seja o nazismo ou o socialismo, todas as formas de totalitarismo levam inevitavelmente à tirania e à supressão da liberdade. Ele acredita que, no sistema de planejamento econômico central, a alocação de recursos é responsabilidade de um pequeno grupo de pessoas, que não consegue lidar com a grande quantidade de informações necessárias para essa tarefa. Diante da concentração de poder nas mãos de poucos funcionários, as divergências sobre a implementação de políticas econômicas vão de alguma forma levar o governo a usar a força para que as medidas sejam aceitas. O escritor mostrou como a mudança para as políticas coletivistas criará uma sociedade dependente do governo.

O autor acredita que a relação causal retratada na história de vários países é que a liberdade econômica é um pré-requisito para a liberdade política. Ao tentar reverter a ordem desses fatores, o resultado pode ser que um povo seja privado de ambas as liberdades, visto que a propriedade privada é um dos principais alicerces para a proteção e manutenção da liberdade pessoal, o campo econômico protege o pessoal: “o sistema de propriedade privada é a mais importante garantia da liberdade” (HAYEK, 2010, p. 115).

Em relação ao sistema político, ele enfatizou que a principal característica que devemos observar não é o processo de seleção dos representantes do povo, mas as restrições de poder do governante que esse sistema possui. Um sistema democrático que dá ao governante extenso poder arbitrário é inútil, porque ele se tornará um ditador. Portanto, o que importa é o mecanismo de freios institucionais, tendo o livre mercado como base para apoiar os processos políticos. Hayek mostrou que a burocracia estatal é a grande responsável pela pobreza, considerando que o estado não é onipresente e, deste modo, não é capaz de presenciar todas as operações realizadas no mercado simultaneamente. Levando isso em consideração, o custo de oportunidade desperdiçados de fazer negócios seriam incalculáveis (HAYEK, 2010).

Uma das grandes consequências dessa obra foi o livro feito como resposta por Milton Friedman em 1962, “Capitalismo e Liberdade”, que também será primordial na formulação e propagação da ideologia neoliberal. A primeira reunião da sociedade de Mont Pèlerin, fundada por Hayek, influenciou muito o escritor norte-americano então presente e que, posteriormente, se tornaria um dos grandes contribuintes para que o neoliberalismo deixasse de ser uma ideologia minoritária, que era na época, e se tornasse a ortodoxia econômica dominante nos anos 1990. Deste modo, Friedrich Hayek e Milton Friedman serão os principais responsáveis pela proliferação do neoliberalismo na política pública ideológica e tecnicamente nos aparelhos estatais. Os ideais propagados por Hayek e Friedman vão colocar o “Estado de bem-estar”

keynesiano como o responsável pela crise dos 1970 e a crise inflacionária, e vão aproveitar a oportunidade para incentivar a privatização, reduzindo o poder do Estado (STEGGER; ROY, 2013).

Friedman desenvolve sua teoria monetária a partir do precedente de que a principal causa da crise inflacionária é a intervenção estatal na economia. Ele tentou provar que a intervenção ativa sempre produz resultados negativos inesperados, não importa o quão bem-intencionados sejam os planejadores por trás dela: os salários-mínimos levam a um maior desemprego, a habitação social concentra em vez de aliviar a pobreza, e a seguridade social leva à incapacidade e dependência. Segundo a teoria monetarista de Friedman, o preço pertinente de um certo bem que será determinado pela oferta desse bem e produzido por trabalhadores pagos com salários de acordo com o nível do mercado, só pode ser alcançado com o mercado autorregulado e livre.

Friedman e os monetaristas ganharam grande credibilidade ao explicar a inflação relacionada ao excesso de moeda em circulação, que pode ser resolvida por meio de uma política monetária restritiva, gerando um aumento no nível de desemprego como efeito colateral, mas resolvendo o problema dos preços. Deste modo, as políticas monetárias, que associam nível de preços à quantidade de moeda em circulação, devem ter prioridade sobre a política orçamental governamental. O Banco Central dos EUA aplicará essa previsão no final da década de 1970 e elevará as taxas de juros do país para recordes históricos. Isso terá consequências drásticas para o Brasil e a América Latina como um todo, pois desencadeará uma crise de dívida no início da década de 1980 (STEGGER; ROY, 2013).

Esses dois autores serão os grandes representantes da ideologia neoliberal, que vai surgir como uma resposta aparentemente técnica a crise de acumulação da década de 1970, depois da internacionalização do capital nos anos 1950, e vai ganhar força substituindo a ideologia keynesiana do pós-guerra. Assim, o neoliberalismo tomará conta das universidades e corporações e pressionará o Estado por reformas políticas para destravar o fluxo comercial e financeiro, o que ocasionará em uma reestruturação produtiva global, por meio de terceirizações, fusões e aquisições. Com isso, o Estado vai ser tocado por uma burocracia tida como “eficiente e técnica”. Ele vai se tornar o instrumento principal dessa implementação, sem alterar a lógica capitalista em que o Estado surge, mas transformando apenas a ideologia que o molda (SAWAYA, 2018).

O neoliberalismo, então, vai se disseminar rapidamente, em muitos casos pelas conhecidas *terapias de choque*, feitas por economistas neoliberais. Elas foram aplicadas em primeiro lugar no governo de Pinochet no Chile, onde foi feito um acordo de repasse ideológico entre a Universidade Católica do Chile e a Universidade de Chicago, e economistas de Chicago foram enviados para adentar naquele governo e implementar as medidas neoliberais sob o comando de Friedman. A influência de Hayek foi tão grande que atingiu o nível da Dama de Ferro, Margareth Thatcher. O autor elaborou um plano de governo que representava o comportamento do povo britânico na teoria e na prática (STEGGER; ROY, 2013).

Em alguns casos, os países viram como única alternativa a adoção de tais medidas estruturais para poderem receber empréstimos essenciais frente a crise de endividamento, desencadeada na alta de juros do Federal Reserve estadunidense, tornando-se, assim, submissos aos credores e às intuições multilaterais, FMI e Banco Mundial. Assim, o neoliberalismo vai ser visto como uma forma exclusiva de se ter uma verdadeira democracia, mesmo sem qualquer representação democrática. O Estado, com o controle do capitalismo monopolista, terá uma trajetória de ampla transição para este novo campo econômico neoliberal, especialmente pela forma de gestão autoritária da população (STEGGER; ROY, 2013).

## **CAPÍTULO 2 – NEOLIBERALISMO NO BRASIL**

Por meio da trajetória histórica traçada no capítulo 1, vemos como a doutrina neoliberal foi se fortificando ao longo dos anos e até chegar ao ponto de se ampliar para as mais diversas partes do mundo. A partir disso, o segundo capítulo visa realizar uma análise histórica e econômica da experiência neoliberal no Brasil.

### **2.1 CONSENSO DE WASHINGTON**

A reunião que foi apelidada pelo economista britânico John Williamson de Consenso de Washington, e que ficaria famosa por esse nome posteriormente, é vista comumente como um sinônimo do neoliberalismo. Nesse encontro, realizou-se uma série de recomendações visando ao desenvolvimento e à ampliação do neoliberalismo nos países da América Latina. Essa reunião, foi convocada pelo Institute for International Economics, sob o nome de “Latin American Adjustment: How Much has Happened?”, ocorrendo em novembro de 1989, quando o governo norte-americano, as instituições financeiras internacionais, FMI e Banco Mundial, e os administradores dos países latino-americanos se encontraram na capital dos EUA. A reunião tinha como finalidade analisar as reformas feitas nos países latino-americanos. Embora fosse acadêmica e não deliberativa, a conferência foi uma oportunidade para coordenar as ações de entidades que desempenham um papel importante nessas reformas. Portanto, embora informal, adquiriu um significado simbólico, maior do que muitas reuniões formais no âmbito de fóruns multilaterais regionais (BATISTA, 1994).

Na análise, houve um consenso entre os participantes sobre a excelência das reformas iniciadas ou implementadas na região, com exceção do caso do Brasil e do Peru. Por isso, o governo dos Estados Unidos sempre fez questão de aprovar as propostas neoliberais recomendadas por essas entidades como condição para a concessão de cooperação financeira externa, bilateral ou multilateral, e foi aprovado (BATISTA, 1994).

Assim, acabou-se por estabelecer uma estrutura guiada com intuito de obter um desenvolvimento econômico “correta” – dentro das premissas por eles estabelecidas. Logo, os países latino-americanos se viram coagidos a aceitar tais medidas que eram impostas pelo Consenso, pois era a única alternativa para que conseguissem empréstimos e dos esquemas de reestruturação da dívida. Deste modo, os governos e a população dos países em que foi “acordado” o Consenso ficaram sem grande expressão nessa nova ordem global que tomava forma (CHOMSKY, 2020).

No fim da guerra, os Estados Unidos detinham a metade da riqueza do planeta e uma posição de poder sem precedentes na história ponto os grandes arquitetos de políticas trataram, de usar esse poder para criar um sistema global que viesse ao encontro de seus interesses (CHOMSKY, 2020, p.23).

Seus preceitos essenciais podem ser sintetizados pela busca do fim da inflação, privatização, liberalização do mercado e do sistema financeiro e fixação dos preços pelo mercado. Que viram para substituir os regimes “nacionalistas e radicais” da América Latina, que eram encarados como uma grande ameaça à estabilidade dessa nova ordem mundial que vinha surgindo e tinha o respaldo de estar em sintonia com os interesses norte-americanos (CHOMSKY, 2020).

Documentos do Departamento de Estado advertiram que os latino-americanos preferem ‘políticas destinadas sim promover uma melhor distribuição da riqueza e elevar o nível de vida das massas’ e estão ‘quem convencidos de que o maior beneficiário do desenvolvimento dos recursos de um país deve ser o povo do próprio país’. Tais ideias são inaceitáveis: os maiores beneficiários luzem recursos de um país são os investidores norte-americanos, e a América Latina deve cumprir a sua função de serviços sem preocupações irracionais com o bem-estar geral ou com um ‘desenvolvimento industrial excessivo’ que possa prejudicar os interesses dos Estados Unidos (CHOMSKY, 2020, p. 25).

Os princípios neoliberais registrados pelo Consenso de Washington foram vigorosamente disseminados por meio de agências internacionais e do governo dos EUA, com fortes capacidades e abundantes recursos humanos e financeiros. Ela acabará sendo totalmente perdoada pela maioria das elites políticas, empresariais e intelectuais da região e se tornará sinônimo de modernidade, sua prescrição passa a fazer parte do discurso e da ação dessas elites, como se fosse sua iniciativa e interesse. Por meio de editoriais ou colunistas entusiastas de antigos e novos credos, a imprensa coloca na defensiva todos aqueles que não querem aderir à chamada “modernização do mercado”, e automaticamente os caracteriza como retrógrados ou “dinossauros” (BATISTA, 1994).

Conforme analisado no capítulo 1 deste trabalho, a maioria dos neoliberais compartilham ideologias semelhantes. Essas podem ser resumidas na preeminência dos mercados autorregulados em razão da influência do Estado em sua organização, priorizam políticas que floresçam o empreendedor individual privado e antepõem um nível baixo controlado de inflação em relação ao plano emprego (STEGER; ROY, 2013). A comercialização dessas ideias neoliberais foi tão bem executada que, além de sua identificação com a modernidade, o Consenso de Washington naturalizou a afirmação de que essas reformas na América Latina se devem apenas à visão, iniciativa e “coragem” de seus novos dirigentes.

As percepções externas foram internalizadas, em benefício do seu próprio país, sem pedir reciprocidade, compensação ou ajuda (BATISTA, 1994).

Diante da passividade da América Latina, os participantes do Consenso de Washington não hesitaram em ir ao extremo de comparar a América Latina ao Leste Europeu, como se a ditadura local pudesse realmente ser equiparada ao totalitarismo no Leste Europeu, como se a nacionalização alcançada neste parte do nosso mundo autorizará a identificação do modelo de organização econômica que praticávamos no planejamento, supervisão e gestão central da economia que existia nos então países comunistas europeus. A premissa por trás dessa visão neoliberal elevada é que, por um lado, haveria uma incompatibilidade inerente entre o nacionalismo e o mercado livre e, por outro lado, haveria uma correlação necessária entre o liberalismo econômico e político (BATISTA, 1994).

Assim, chegou-se ao apontamento da possível falência nacional, em decorrência do que seria uma incapacidade de formular políticas macroeconômicas e se apontou o que seria a conveniência de transferir essa séria responsabilidade para as organizações internacionais. As organizações internacionais são, por definição, consideradas agentes independentes e altruístas nos quais temos o direito de participar. Portanto, não se trata mais de discutir se o país deve ou pode se tornar empresário. Se pode ou deve monopolizar atividades estratégicas. É simplesmente aceito como pré-requisito que o Estado não seja mais capaz de exercer os atributos básicos da soberania, ou seja, a implementação de políticas monetárias e fiscais (BATISTA, 1994).

Resumidamente, as dez medidas do Consenso de Washington são:

1. Disciplina fiscal;
2. Reordenamento nas prioridades dos gastos públicos;
3. Reforma tributária;
4. Liberalização do setor financeiro;
5. Manutenção de taxas de câmbio competitivas;
6. Liberalização comercial;
7. Atração de investimentos diretos estrangeiros;
8. Privatização de empresas estatais;
9. Desregulamentação da economia;
10. Proteção a direitos autorais.

Fonte: Suno (2019).

Dentre tais medidas, nos seguintes itens do capítulo destacaremos: a abertura comercial, as privatizações e a abertura financeira, que serão de extrema importância em termos das reformas de caráter mais estrutural que aconteceram no Brasil.

## 2.2 ABERTURA COMERCIAL

A dependência ideológica é atrelada à dependência econômica. Existem padrões de consumo, percepções de mundo, vivências e estilos de vida similares entre os grupos sociais dos países dependentes e dos países dominantes. O investimento estrangeiro no país dependente reflete as condições e padrões de produção e consumo existentes no país dominante. Uma vez que as relações de produção correspondem a certas estruturas jurídicas, políticas e sistemas que procriam os interesses da classe dominante e parecem ser universais, os padrões de produção dos países desenvolvidos também significam incluir estes estrutura e pensamento (MARX, 1958).

Assim, gerando-se uma dependência ideológica, que significa que os países em desenvolvimento não têm seus próprios padrões: conhecimento, padrões de vida e cultura são todos importados dos países desenvolvidos. Se a dependência ideológica é absoluta, então os interesses perseguidos pelos países desenvolvidos e em desenvolvimento são os mesmos, não havendo necessidade de pressão externa. Em outras palavras, a escolha da ação preferida pelo país dominante parece ser a única estratégia de ação possível para o país dependente (NASSUNO,1995).

No decorrer da crise da década de 1980, pelo menos até a implementação e falha do Plano Cruzado (1986/87), as tentativas de redefinir, atualizar e reformar o Modelo de Substituição de Importações (MSI) dominaram os diferentes segmentos da classe do grupo dominante, mas ainda mantendo o status fundamental do país no processo de acumulação (BIANCHI, 2004).

Neste período, houve um consenso, entre os empresários e os economistas acadêmicos heterodoxos, de que era necessário a construção de um crescimento viável alternado ao desenvolvimentismo, que está representado no seguinte programa:

[...] reforma do sistema financeiro, subordinando-o ao financiamento do desenvolvimento; controle público das empresas estatais, “preservando a capacidade produtiva dos setores estratégicos fundamentais (insumos básicos, energia, petroquímica, mineração e telecomunicações), cujo desempenho eficiente é fundamental para expansão do parque industrial brasileiro” e fechando as estatais deficitárias; uma política industrial que privilegiasse os setores capazes de irradiar novas tecnologias e permitisse avançar no processo de substituição de importações; uma política de investimentos estatais que maximizasse a geração de empregos; e “uma nova atitude na renegociação da dívida externa” (Documento dos Doze de 1983, DINIZ et al. apud BIANCHI, 2004, p. 190).

Por sua vez, na visão dos neoliberais, o desenvolvimentismo foi o causador da fraqueza das economias latino-americanas, não seguindo o ritmo de maior eficiência produtiva e

evolução técnica, devido à ausência de concorrência em razão das altas tarifas protetórias e o exagero de regulação estatal (CARNEIRO, 2002). Deste modo, o projeto neoliberal estava tomando escopo, sobressaindo o campo puramente doutrinário e se transmutando em um projeto político, formando uma percepção entre as várias partes do capital que a crise tem um caráter estrutural, portanto, esgota-se o MSI e o projeto de desenvolvimentista não consegue superar isso (BIANCHI, 2004).

Em vista disto, o liberalismo:

[...] que já havia adentrado na maior parte da América Latina, implanta-se no Brasil, com toda força, a partir do Governo Collor. O discurso liberal radical, combinado com a abertura da economia e o processo de privatizações inaugura o que poderíamos chamar da “Era Liberal” no Brasil (FILGUEIRAS, 2000; p. 83-84).

Esse movimento resultou na consolidação do plano político neoliberal e a construção de um novo modelo econômico, redefinindo a relação política entre as classes e as frações de classe que constituem a sociedade brasileira. A vitória do projeto mostra também a transnacionalização de grandes grupos econômicos nacionais e seu fortalecimento dentro do grupo dominante, bem como a fragilidade fiscal do país e a crescente subordinação da economia brasileira aos fluxos internacionais de capitais. Em termos de expressão, reconfigurou o grupo dominante e sua participação na classe hegemônica, com foco na consolidação de grandes grupos econômicos, produtivos e financeiros nacionais (FILGUEIRAS, 2006).

Esse processo, de implantação e evolução do projeto neoliberal, passou por, pelo menos, três momentos distintos, desde o início da década de 1990, quais sejam: uma fase inicial, bastante turbulenta, de ruptura com o MSI e implantação das primeiras ações concretas de natureza neoliberal (Governo Collor); uma fase de ampliação e consolidação da nova ordem econômico-social neoliberal (primeiro Governo Fernando Henrique Cardoso - FHC); e, por último, uma fase de aperfeiçoamento e ajuste do novo modelo, na qual amplia-se e consolida-se a hegemonia do capital financeiro no interior do bloco dominante (segundo Governo FHC e Governo Lula) (FILGUEIRAS, 2006, p. 186).

Em relação à política comercial, a concretização do consenso neoliberal tem como efeito a imposição da abertura comercial como uma política ideal. Uma nova prescrição de política comercial ocorre apenas quando a anteriormente exercida se satura. A vulnerabilidade ideológica circunstancial está assim vinculada ao esgotamento do modelo de substituição de importações (MSI), que estava em vigor (NASSUNO, 1995).

A redução do ingresso de recursos externos e as estratégias das empresas multinacionais no processo de globalização representam pressões externas, pois esses fatores significam que as políticas precisam ser alteradas para que os países em desenvolvimento possam se adaptar às novas condições vigentes no sistema internacional (NASSUNO, 1995).

Ao definir a competição como principal motor desse processo, o novo modelo de crescimento se posiciona como alternativa radical ao desenvolvimentismo. Em outras palavras, não é uma política de demanda ou garantia de mercado gerada pelo primeiro paradigma, mas uma política de abastecimento que integra a expansão da concorrência (CARNEIRO, 2002).

Esperava-se que a competição levaria a mudanças rápidas na estrutura de produção recebida da substituição de importações, modernização das fábricas devido a bens de capital mais baratos, mudanças no mix de produtos e redução na verticalização, todos os quais estão se movendo em direção a uma alocação de recursos mais eficiente. Tal concepção está em linha com os princípios de priorizar as vantagens comparativas da economia do país (RICARDO, 1982). Ao realizar a abertura comercial, ela se tornaria uma via de mão dupla, pois simultaneamente se obteria a uma maior competição no mercado local, e permitiria um acesso mais fácil ao mercado externo, ou seja, o aumento da produtividade fará com que seja possível a abertura de novos mercados, melhorando a competitividade. A rigor, algumas pessoas acreditam que esse processo realmente levou à globalização das atividades industriais locais sob o paradigma de *global sourcing* (CARNEIRO, 2002).

O processo de liberalização comercial teve início em 1988-89, quando ocorreu uma redução da tarifa média nominal de 57,5% para 32,1%. Posteriormente, se eliminou as barreiras não tarifárias, em 1990-93, que eram consideradas o principal instrumento de proteção, foi abolido o Anexo C, lista que continha por volta de 1300 produtos dos quais era proibida a importação, das licenças de importação usadas desde 1940, do mesmo modo que os regimes especiais de importação, que regulamentavam a distribuição da cobertura cambial baseada em princípios discricionários, foram comprimidos ao *drawback*, à Zona Franca de Manaus e ao setor de tecnologia da informação (ABREU, 2014).

Empiricamente, os meios de controles quantitativos de importação foram extintos, e em seu lugar foi implementado um controle tarifário, com frações cadentes. Foi também anunciado uma reforma tarifária, na qual os produtos importados passariam, em um período de quatro anos, por reduções gradativas, visando alcançar uma alíquota modal de 20%, em um intervalo de variação de 0 a 40% (CASTROS, 2021).

Em 1991, foi definido um cronograma de redução tarifária que, em princípio, se estenderia até 1994 e resultou na queda da tarifa média de 32,2% em 1990 para 14,2% no início de 1994. No início de 1992, decidiu-se, já na gestão de Marcílio Marques Moreira, como ministro da Fazenda, alterar o período de implementação inicialmente acordado para que terminasse seis meses antes do previsto. Finalmente, em 1994, foram feitos ajustes tarifários, parcialmente explicados pela intenção de impor disciplinas mais rígidas aos preços internos, durante o período inicial de

implementação do Plano Real de estabilização, com a redução da tarifa média nominal para 11,2% (ABREU, 2014, p. 325).

Essa liberalização comercial parcial foi implementada antes do final da Rodada Uruguai do GATT, em 1994. Como resultado das negociações multilaterais, chegou-se ao prazo de cinco anos, começando em 1995, para consolidação da maior parte da liberalização comercial unilateral implementada pelo Brasil desde 1988. A Rodada Uruguai do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT) foi lançada em Punta del Este em 1986. Sua agenda incluiu, apesar da oposição do Brasil e da Índia, novos tópicos como: serviços, direitos de propriedade intelectual relacionados ao comércio e medidas que afetam investimentos relacionados ao comércio. O interesse do Brasil nesta rodada está focado em temas tradicionais: produtos tropicais, antidumping, subsídios compensatórios e salvaguardas no mercado de importação. O Brasil tem incentivo para assumir uma postura de obstrução, pois evitar peças e novos temas parece contrabalançar os benefícios da liberalização dos temas tradicionais (ABREU, 2014).

A postura brasileira sobre o bloqueio de negociações foi gradativamente se reconduzindo com uma maior participação na agricultura, em paralelo ao movimento de eliminação das barreiras não tarifárias e redução das elevadas tarifas. Tal alteração levou o país em uma direção mais liberal, fazendo com que fosse revisto o protecionismo do Estado e cedendo às pressões dos exportadores que queriam aumentar o seu mercado, dos consumidores de produtos importados e dos importadores de insumos (ABREU, 2014).

Uma das consequências desse processo de abertura comercial pode ser vista na mudança da relação capital-trabalho; a reformulação produtiva das empresas tanto as privadas quanto as públicas, por meio da reforma da cadeia produtiva, com o aparecimento de novos métodos de gestão do trabalho e progressos tecnológicos, teve encadeamentos corrosivos sobre o mercado de trabalho (FILGUEIRAS, 2006).

Na principal região metropolitana do país, a cidade de São Paulo, a taxa de desemprego total (aberto e oculto) chegou a atingir, em 2003, 19% da população economicamente ativa – de acordo com a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED). A partir de então, assistiu-se a uma pequena redução, decorrente da retomada do crescimento a partir de 2004. Junto com o desemprego e como produto de uma ampla desregulação do mercado de trabalho – efetivada na prática pelas empresas e por diversos instrumentos jurídicos emanados dos sucessivos governos –, veio um processo generalizado de precarização das condições de trabalho – formas de contratação instáveis que contornam ou burlam a legislação trabalhista, prolongamento da jornada de trabalho, redução de rendimentos e demais benefícios, flexibilização de direitos trabalhistas e ampliação da informalidade – tudo isso, enfraquecendo e deslocando mais ainda a ação sindical para um comportamento defensivo. Do ponto de vista da distribuição da renda – e como expressão mais geral, e resultado direto, desse processo – assistiu-se, desde o início da implementação do modelo neoliberal, a uma redução da participação do montante total dos rendimentos do trabalho na renda nacional (de mais de 50% para apenas 36%), tendo por

contrapartida o crescimento da participação do montante total dos rendimentos do capital, especialmente os juros do capital financeiro, e das receitas fiscais do Estado (FILGUEIRAS, 2006, p.188).

A direção geral das mudanças trazidas pela abertura foi a especialização da estrutura produtiva, com o coeficiente de importação aumentando de 5,7% em 1990 para 20,3% em 1998. O fator exportação deveria compensar a perda no mercado interno, mas isso não aconteceu, pois este passou de 8% em 1990 para 14,8% em 1998. A taxa em que essa especialização ocorreu depois de 1994, como a liberalização e a valorização cambiais combinadas (CARNEIRO, 2002).

No quesito da integração econômica internacional brasileira, as mudanças foram notórias. O comércio se abriu, as alíquotas do imposto de importação caíram e a desregulamentação financeira fez com que o mercado financeiro nacional passe a constituir o movimento dos mercados financeiros internacionais. Em relação ao novo processo, derivado das novas relações internacionais, o Brasil passou a ser inicialmente importador líquido de bens e serviços, resultando em um grande saldo negativo em conta corrente do balanço de pagamentos. Esses saldos foram financiados pela privatização de empresas listadas, aquisições de capital estrangeiro de empresas nacionais e fluxos de capital internacional (excedente na conta de capital) para equilibrar seu balanço de pagamentos (FILGUEIRAS, 2006).

### 2.3 PRIVATIZAÇÕES

O programa de privatização do governo Collor teve início no cenário da Política Industrial e de Comércio Exterior (PICE), já em 1990, com a proposta de modificação da estrutura da propriedade das empresas (Giambiagi, 2021). Sob a administração do BNDES, foi elaborado um quadro institucional detalhando as diretrizes e métodos que deveriam reger cada privatização (ABREU, 2014).

Esses processos de privatização ocorrem, principalmente, em razão da grande ampliação do IDE (investimento direto estrangeiro), em consequência da financeirização da riqueza e do desejo de engrandecimento da fortuna por meio da compra parcial ou integral de empresas, e também da elevação nos casos de fusões e aquisições (F&As) transnacionais, devido a concentração de empresas em uma parte só do processo produtivo para se tornarem mais competitivas e a perspectiva de englobar um novo mercado, o processo vem sendo visto desde a metade da década de 1980, chegando nos países em desenvolvimento nos anos 1990. A desregulação de certos setores acelerou esse processo de privatização, exemplificando uma inclinação capitalista de centralização de capitais (CARNEIRO, 2002).

No caso do Brasil, a recuperação do atraso industrial era, na perspectiva do governo, primordial para se obter uma estabilidade concreta dos preços, além de ser uma prioridade por si só. Com o respaldo da legitimidade das urnas, conjuntura internacional favorável as reformas, aborrecimento popular perante a deterioração dos serviços estatais e pela crise estatal, o governo adota a estratégia de maior privatização, almejando um aumento competitivo e deste modo, uma maior eficiência (GIAMBIAGI, 2021).

As privatizações que tinham sido feitas até 1989 abrangiam essencialmente apenas empresas de menor relevância em situação de insolvência. A partir dos anos 1990, o Plano Nacional de Desestatização (PND) se tornou prioridade, e ele pretendia:

1) contribuir para o redesenho do parque industrial; 2) consolidar a estabilidade; e 3) reduzir a dívida pública (via aceitação de títulos como moeda de privatização). Além disso, foi permitida a utilização dos cruzados novos bloqueados como recurso para a privatização (GIAMBIAGI, 2021, p. 136 e 137).

As empresas estatais formam um conglomerado de ramos bem amplos. As firmas de fertilizantes, petroquímica, mineração e siderurgia, ao que tudo indica, passaram por processos de privatização mais simples, em razão a sua maior exposição à concorrência. No caso das empresas estatais que provem serviços públicos de monopólio e que capturaram os órgãos reguladores (eletricidade e telecomunicações) a privatização é bem mais complexa, já que necessitaria a criação de um marco regulatório independente e confiável (ABREU, 2014).

A privatização concentrou-se, assim, em empresas da indústria de transformação mais expostas à concorrência. As vendas de ativos somaram US\$ 3,5 bilhões durante o governo Collor (15 empresas) e US\$ 5,1 bilhões no governo Itamar Franco (18 empresas), especialmente de empresas siderúrgicas (US\$ 5,6 bilhões), petroquímicas (US\$ 1,9 bilhão) e produtoras de fertilizantes (US\$ 0,4 bilhão) (ABREU, 2014, p. 328)

O problema mais sério está no campo dos serviços públicos, que eram estatais e se tornaram privatizados, e sua natureza é propícia à formação de monopólios privados em substituição aos monopólios públicos. Em ações de fusões e aquisições recentes, os litígios relacionados à natureza especulativa de grande parte dessas transações são ainda mais antiéticos. Do ponto de vista dos países periféricos do sistema capitalista, o processo de F&A tem duas características: as operações transfronteiriças são mais ponderadas e as compras e vendas são desequilibradas. Os países periféricos venderam muito mais do que compraram, por isso é característico do processo de desnacionalização da propriedade da empresa (CARNEIRO, 2002).

As privatizações não alcançaram as metas otimistas previstas inicialmente e obtiveram um resultado modesto; os setores fundamentais de siderurgia, petroquímica e fertilizantes

obtiveram um total de receitas de US\$ 8,6 bilhões, com transferência para o setor privado de US\$3,3 bilhões em dívidas. Isso pode ser explicado por uma cadeia de razões, como: o obstáculo de precificar os ativos das empresas do governo, depois de vir com alta inflação e volatilidade de moeda no ano anterior; a indispensabilidade de sanar a situação financeira frágil das empresas, para que se tornasse atraente a aquisição; a insegurança e insatisfação popular com o governo; e a Constituição de 1988 não permitia a venda de algumas repartições fossem vendidas para estrangeiros (GIAMBIAGI, 2021).

Na metade final da década de 1990, ocorreram as privatizações mais notáveis, entre 1996 e 1998, do setor elétrico e telecomunicações, gerando um incremento substancial das operações guiadas pelo capital estrangeiro (CARNEIRO, 2002). No início de 1995, o governo parecia convencido de que a reforma havia se tornado mais urgente do que havia previsto. A rápida implementação do plano de reforma ajudaria a aumentar a credibilidade do empenho na estabilização, trazendo fundos para o plano de privatização e a expandindo a possibilidade de financiamento externo. Era amplamente esperado que, com o apoio do enorme capital político acumulado no primeiro turno da vitória eleitoral presidencial, FHC pudesse usar os primeiros meses de seu mandato para quebrar a resistência do Congresso e aprovar uma série de emendas constitucionais necessárias para reforma (ABREU, 2014).

No segundo trimestre de 1995, o governo avançou significativamente no plano de reformas, ao obter a aprovação do Congresso para emendas relativamente simples que permitiram abrir o caminho para o plano de reformas. A quebra do monopólio estatal de petróleo e gás e a privatização do setor elétrico e do setor de telecomunicações. Foi na referida privatização que o plano de reformas do primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso alcançou os resultados mais expressivos. A privatização de firmas provedoras de serviços públicos fez com que fosse necessário fazer mudanças institucionais importantes para dotar o país de agências reguladoras adequadas. Diversas agências regulatórias departamentais foram estabelecidas, com a estrutura de uma agência reguladora já existente operando sob o controle de uma grande empresa estatal sendo frequentemente usada (ABREU, 2014).

Foi necessário alterar a Constituição para flexibilizar o monopólio da Petrobras (Emenda Constitucional n.9) e para permitir entrada de empresas privadas em setores como telecomunicações (Emenda Constitucional n.8) e gás (Emenda Constitucional n. 5). Foi também aprovada a Emenda Constitucional n.6, que suprimiu distinções no tratamento de empresas nacionais e estrangeiras. As quatro emendas foram aprovadas pelo Congresso em 1995. O processo de privatização exigiu também mudanças importantes na legislação infraconstitucional. A reformulação da legislação sobre concessões de serviços públicos (Leis nº 8.987 e nº 9.074, de 1995) foi fundamental para viabilizar a privatização nos setores de petróleo, energia elétrica e telecomunicações (ABREU, 2014, p. 341).

No processo de privatização das telecomunicações, é difícil criar um ambiente competitivo na prestação de serviços de telefonia fixa. Embora haja uma preocupação de se criar uma empresa “espelho”, isso é, que pudesse desafiar em certa medida o poder de mercado das empresas estabelecidas. No entanto, a rápida disseminação dos telefones celulares aliviou em grande medida esses problemas. De acordo com a avaliação da disponibilidade de aparelhos telefônicos, o resultado da privatização das telecomunicações é surpreendente. Em 1994, havia 8,4 linhas de telefone fixo para cada 100 residentes. em 2002, já eram 26,3. Ao mesmo tempo, o número de telefones celulares por 100 residentes aumentou de 0,4 em 1994 para 21,9 em 2002 (ABREU, 2014).

A privatização de empresas de energia deve levar em conta as peculiaridades dos sistemas de geração de energia hidrelétrica. Precisa resolver antecipadamente as infrações graves, o que significa a compra de energia produzida por empresas estaduais federais por distribuidoras estaduais. A razão pela qual a distribuição é mais fácil de privatizar do que a geração de energia (ABREU, 2014).

Durante o primeiro governo FHC, amparado por grandes déficits em contas públicas e grandes déficits em conta corrente, a privatização passou a impactar a política econômica porque permitiu os elevados déficits públicos naquele período sem colocar mais pressão sobre a dívida pública, e assegurou o financiamento empresarial em parte do desequilíbrio em conta corrente. A presunção que a desestatização faria com que o governo conseguisse uma parte maior do orçamento para investir em áreas sociais foi errônea e houve sérias confusões regulatórios no setor elétrico impulsionando a crise energética de 2001 (GIAMBIAGI, 2021).

Com isso, a economia brasileira tem se mostrado evidentemente desnacionalizada e não aderiu às restrições do setor privatizado, pois se alastrou por uma ampla gama de setores produtivos. Testemunhou o esfacelamento do antiquado modelo de crescimento embasado no tripé: empresas estatais, empresas multinacionais, empresas nacionais privadas. A nova alocação de propriedades destaca o peso das grandes empresas estrangeiras, e é claro que as equações de decisão de investimento dessas empresas diferem das de empresas locais devido à sua inserção global. Esse processo difunde a presença de empresas oligopolistas globais no Brasil (CARNEIRO, 2002).

## 2.4 ABERTURA FINANCEIRA

De acordo com Freitas (2011), as crises de dívida no mundo na década de 1980, especialmente na América Latina, fez com que os bancos estrangeiros retirassem sua presença

na periferia do capitalismo durante aquela década. O cenário mudou na década de 1990, após o Consenso de Washington. Com o limite para filiais de bancos estrangeiros e participação estrangeira no patrimônio de instituições financeiras nacionais reduzidos, a entrada de bancos de centros capitalistas da periferia do sistema volta a fazer parte da estratégia dessas instituições.

No caso brasileiro, a abertura financeira se enquadrou nesse movimento global de transformações no mercado financeiro internacional e foi parte integrante dos programas de estabilização e reformas neoliberais – ainda que se encontrem algumas restrições à conversibilidade da conta de capital, e, principalmente, à conversibilidade interna da moeda nacional, no caso do Brasil (FREITAS; PRATES, 1998). Essa liberalização financeira é uma das principais reformas liberais que foram implementadas no Brasil a partir da década de 1990, com consequências que interferem no sistema financeiro local, no câmbio e nos juros, assim é de suma relevância para o desenvolvimento do país (BIANCARELLI, 2010).

A entrada de investidores estrangeiros no mercado financeiro local, as medidas iniciais e decisivas foram tomadas no governo Collor. A principal delas é a criação do Anexo IV à lei 1401, de 1975, e à sua modificação na lei 1986, de 1982. Estabeleceu-se assim as Carteiras de Investidores Institucionais Estrangeiros, Marco do processo de adaptação do Brasil aos novos tempos de globalização financeira. Ao contrário dos canais anteriores, o Anexo IV permite a aplicação no mercado brasileiro a partir de carteiras próprias, eliminava as exigências de prazos de permanência e não continha critérios de diversificação das aplicações, além de ser isento de tributação sobre os ganhos de capital (BIANCARELLI, 2010, p. 67).

Os países periféricos são mais expostos a riscos financeiros em razão dos investimentos de porta-fólio, mais especificamente, riscos de crises no câmbio e nos bancos. Entretanto, esses riscos fundam-se no prazo das aplicações (fluxos de curto prazo ou médio e longo prazo) e nas suas características, se são investimentos em renda fixa ou ações (BIS, 1995).

A análise do perfil dos investidores no Anexo IV realizada por Prates & Freitas (1999) mostra uma grande participação de bancos (47%) e outras instituições financeiras (32%), no conjunto dos investidores. A participação dos fundos de pensão (1,5%) é inexpressiva. Por sua vez, a procedência desses investidores está concentrada na América Central (37%) e América do Norte (32%). Com base nessas informações pode-se inferir a presença de dois tipos básicos de investidores: os fundos de investimento de origem americana e investidores individuais nacionais operando como não-residentes através de bancos em paraísos fiscais. A implicação desse perfil é que as aplicações têm prazo mais curto quando comparadas, por exemplo, aos investimentos dos fundos de pensão ou seguradoras. Por serem oriundas de número restrito de agentes, tornam-se mais voláteis em razão da formação comum de expectativas, originando o denominado "comportamento de manada" (CARNEIRO, 2002, p. 280 e 281).

No Brasil, quase todos os investimentos estrangeiros em carteira foram destinados para a maior bolsa do país, a Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA). O levantamento de recursos externos por meio de fundos de investimento foi mínimo. A captura de recursos notáveis em períodos de juros diferencial alto, concentrou-se em títulos do governo vinculados a taxas de câmbio. Investimento não residentes também fluíram principalmente para esses ativos. No entanto, o estoque dessas obrigações em poder de não residentes é pequeno (FREITAS; PRATES, 1988).

O uso do CC-5 para internalizar o investimento em carteira foi uma ferramenta usada principalmente por investidores residentes que “se fingem” de não residentes, a fim de ter maior flexibilidade na alocação de recursos e diferente tratamento fiscal. As informações disponíveis mostram que o CC-5 é uma excelente ferramenta para exílio de capital. Portanto, o impacto da abertura financeira está concentrado majoritariamente no mercado secundário de ações (CARNEIRO, 2002).

Já no segundo governo FHC, depois de consolidados o novo regime de flutuação cambial e a nova diretoria do banco central, são adotadas, à semelhança do ocorrido para empréstimos externos, medidas que aprofundam e levam a um ponto final a liberalização da entrada dos investidores estrangeiros no mercado local. Em 06 de agosto de 1999, a Resolução 2628 liberaliza a aplicação dos recursos dos anexos I a IV em instrumentos de renda fixa, e a Resolução 2689 (26/01/2000) extingue as diferentes modalidades de aplicação, mantendo apenas as particularidades do Anexo III, de fundos fechados. Os investimentos no país passam a ser permitidos também para as pessoas físicas (não mais apenas para investidores institucionais) e os estrangeiros passam a ter acesso às mesmas opções de aplicação disponíveis aos residentes (BIANCARELLI, 2010, p. 68).

Quase todos os recursos do Anexo IV foi para aquisição de participações em empresas estatais durante o processo de privatização, concluindo assim, que, além do foco nos fluxos de receitas futuros proporcionados pela distribuição de lucros e dividendos, a principal razão do investimento reside na valorização das ações (CARNEIRO, 2002).

A participação dos investidores estrangeiros no total negociado na BOVESPA aumentou significativamente no período recente, passando de 6% em 1991 para 29,4% em 1995. A partir de 1996, observou-se uma pequena redução da participação desses investidores. O crescimento da participação estrangeira foi acompanhado pela ampliação contínua dos volumes negociados e da capitalização do mercado (ver Tabela 3). Vale mencionar que o aumento de mais de 100% do volume de negócios entre 1996 e 1997 esteve associado às privatizações da Vale do Rio Doce e de várias empresas de energia elétrica estaduais. Os negócios também foram estimulados pelo avanço do processo de privatização dos Sistemas TELEBRÁS e ELETROBRÁS, com o início dos estudos de avaliação e modelagem da venda e a montagem das agências de regulação para os setores de telecomunicações, energia elétrica e petróleo (ANATEL, ANEEL e ANP, respectivamente) (FREITAS; PRATES, 1988, p. 184).

Observando os dados exibidos por Souza (1998), ainda que a proporção de negócios da BOVESPA tenha crescido 40 vezes em termos nominais no intervalo entre 1991 e 1997, o de

maior expansão, e o valor de mercado das empresas tenha se multiplicado por seis nesse mesmo tempo, isso não foi suficiente para impulsionar o mercado acionário. Deixando deste modo, ainda mais concentrado em algumas empresas o quadro dos investimentos de porta-fólio estrangeiro.

[...] ao longo dos anos 90, investimentos diretos estrangeiros que assumiram as formas de participações acionárias em intermediários financeiros locais e de instalação de novas sucursais ou subsidiárias de controle integral de instituições financeiras estrangeiras. De um lado, esse movimento foi estimulado pela nova dinâmica concorrencial das instituições financeiras nos países industrializados, marcada pela eliminação das barreiras entre as atividades dos bancos e das instituições financeiras não-bancárias e daquelas existentes entre as atividades bancárias e de seguro nos países onde já predominava a organização bancária universal (Borio & Filosa, 1995), e pela concentração e centralização dos capitais nos mercados nacionais sob a forma de fusões e aquisições (Freitas, 1997). De outro lado, foi viabilizado pela abolição ou flexibilização das restrições existentes em diversos países à instalação de filiais e de sucursais no mercado doméstico por instituições estrangeiras, à participação de não-residentes no capital social das instituições nacionais e às atividades dos intermediários financeiros estrangeiros nos mercados locais. Essas medidas de liberalização vis-à-vis o tratamento conferido às instituições financeiras estrangeiras foram adotadas tanto pelos países industrializados como pelos países periféricos (Freitas 1998). A intensificação das pressões concorrenciais nos mercados nacionais dos países centrais estimulou os bancos e outros tipos de intermediários financeiros a buscarem novos espaços de valorização. Numa estratégia de fortalecimento de uma posição global, as instituições financeiras escolheram a diversificação geográfica de suas atividades pela instalação de filiais e/ou subsidiárias em países estrangeiros. (FREITAS; PRTAES, 1998, p.185 e 186).

Após a promulgação da nova Constituição em 1988, a entrada de capital estrangeiro no sistema financeiro foi quase proibida. Isso porque dependia do arcabouço disciplinar estabelecido pelo Congresso e suas leis normativas que ainda não foram votadas. No entanto, o artigo 52 das Disposições Constitucionais Transitórias prevê a possibilidade de instituições financeiras estrangeiras entrarem no mercado brasileiro, estipula que a autorização gerada por acordos internacionais, aplica o princípio da reciprocidade, em troca da instalação de agências bancárias brasileiras no exterior, e que o governo acredita que é do “interesse nacional”. A candidatura seria analisada caso a caso e aprovadas pelo Presidente da República (Freitas; Prates, 1998).

Os atrativos centrais para o investimento direto estrangeiro no sistema financeiro do Brasil são a abertura do mercado de capitais, o processo de privatização e de reestruturação industrial e os negócios associados ao financiamento da renovação da infra-estrutura econômica local (FREITAS; PRTAES, 1998, p. 189).

A Exposição de Motivos nº 311 do Ministério do Comércio, 23 de agosto de 1995, evidência que a perda dos ganhos da inflação fez com que o capital nacional se tornasse insuficiente para abastecer as atualizações de tecnologia, que gerariam uma elevação da produtividade (“ganhos econômicos decorrentes da introdução de novas tecnologias de gerenciamento de recursos e inovações de produtos e serviços”), e em seguida, transferidos para

poupadores e devedores finais, germinando assim, uma competição mais acirrada no setor. Eficiência operacional supostamente mais alta dos estrangeiros, o que geraria “reflexos substancialmente positivos nos preços dos serviços e no custo dos recursos oferecidos à sociedade brasileira” (CARVALHO; VIDOTTO, 2007, p. 405).

A taxa de penetração de bancos estrangeiros também é impulsionada por muitos fatores combinados. O processo de estabilização da moeda despertou ajustes de profundidade do departamento, inviabilizando a presença de bancos mais frágeis, devido à queda dos lucros resultantes da intermediação da moeda indexada. Acrescenta-se o aumento da vulnerabilidade do setor bancário em 1995, que se deve ao alto nível de inadimplência em razão expansão do crédito e altas taxas de juros. A combinação dos dois cenários agravou a situação, fazendo com que grupo de expressivos bancos públicos e privados acabassem sendo vendidos para estrangeiros (CARNEIRO, 2002).

Existe uma assimetria óbvia na operação do subsistema de propriedade estrangeira, que se pode verificar pela comparação da proporção total do sistema e o peso de seus fundos externos. Isso mostra que esses bancos usam o *funding* com mais frequência em detrimento dos fundos internos. O que pode ser prejudicial à economia nacional, considerando que o financiamento das atividades produtores de bens e serviços não comercializáveis causa desequilíbrios na relação entre o fluxo de câmbio e os juros do empréstimo. Esse movimento pode comprometer os procedimentos de arbitragem de taxas de juros, por meio da aquisição de ativos financeiros (CARNEIRO, 2002).

O processo de abertura financeira, em decorrência do processo de adaptação ao novo contexto macroeconômico de estabilidade, teve dois efeitos na economia brasileira. O primeiro efeito é um elevado grau de vulnerabilidade externo:

Um dos resultados da abertura financeira que mais se destacou foi o rápido crescimento do passivo externo da economia brasileira. Esse desempenho tem a sua trajetória colada ao ciclo de crédito internacional, vale dizer, aceleração até 1997 e desaceleração a partir de então. Esta última, todavia, não foi suficiente para refletir-se numa melhoria dos indicadores de endividamento medidos relativamente ao PIB devido à desvalorização cambial em 1999 (CARNEIRO, 2002, p. 299).

A segunda consequência pode no grau de substituição monetária:

Uma das principais consequências da abertura financeira da economia brasileira foi a ampliação da substituição monetária, ou seja, além de se ter ampliado significativamente a posse de ativos financeiros no exterior por parte dos residentes, também induziu, de forma temporária e permanente, a substituição da moeda nacional pela estrangeira em algumas operações. Os processos de substituição decorrem do hedge, arbitragem, ou especulação dos agentes com uma moeda estrangeira e sua intensidade indica a fragilidade da moeda (CARNEIRO, 2002, p. 303)

Deste modo, a década de 1990 evidenciou uma grande intensificação da abertura financeira no cenário brasileiro e global, que já vinha ocorrendo em anos anteriores, reflexo da propagação dos ideais neoliberais. Caracterizada por marcos regulatórios que facilitaram e fomentaram a vinda de investimentos e a sua diversificação de recursos no exterior, estimulando as transações financeiras entre o Brasil e o resto do mundo.

## **CAPÍTULO 3 - A DESIGUALDADE E O NEOLIBERALISMO**

O terceiro capítulo se propõe, reaverá partir da base teórica do neoliberalismo apresentada no capítulo 1, conectá-la à elevação da desigualdade socioeconômica em seus mais diversos aspectos. Nesse sentido, exhibe no seu primeiro item o modo pelo qual a desigualdade está enraizada no neoliberalismo e, no seu segundo item, que se divide em duas partes, explicita como a desigualdade brasileira está diretamente relacionada a experiência neoliberal do país, descrita no capítulo 2.

### **3.1 A ESSÊNCIA DESIGUAL DO NEOLIBERALISMO**

O neoliberalismo transformou profundamente as sociedades capitalistas (DARDOT; LAVAL, 2016, p.7). A globalização tornou-se o princípio orientador para a organização das economias de diversos países, afetando todos os setores das organizações sociais, podendo também ser entendida como uma nova forma de acumulação de capital. O neoliberalismo e a globalização estão ligados, pois o consumismo gera uma busca incessante por novos mercados (PIRES; REIS, 1999).

No passado, a principal estratégia de acumulação capitalista centrava-se na extensão da produção de valor e mais-valia; no entanto, nesse novo modo de acumulação, a posse de riquezas é principalmente fruto da especulação no mercado financeiro (PIRES; REIS, 1999).

Um acontecimento emblemático da nova ordem social: a decisão, em 1979, do Banco Central dos Estados Unidos, o Federal Reserve (Fed), de elevar a taxa de juros ao nível requerido para eliminação da inflação, não importando os custos nos países do centro e da periferia. Nós denominamos essa decisão o golpe de 1979, pois se trata de uma violência política. O que se seguiu esteve à altura desse primeiro passo: controle dos salários, erosão gradual dos sistemas de proteção social, onda de desemprego, crescimento lento e crises recorrentes nos países da periferia, deslocalização das empresas, elevação das tensões internacionais e novo militarismo (DUMÉNIL; LÉVY, 2005, p.85)

Outro aspecto do neoliberalismo foi um ainda maior fluxo de rendas favoráveis às classes ricas. Este pode ser sintetizado em dois componentes: o aumento da taxa real de juros e a distribuição de dividendos (DUMÉNIL; LÉVY, 2005).

Com o neoliberalismo e as novas regras de gestão (promovidas a “governo das empresas”), a “criação de valor por acionista” conduziu à distribuição de volumes consideráveis de dividendos. (...) Paralelamente a essa progressão no fluxo de dividendos, as cotações da Bolsa orientaram-se para cima, desde o início da década de 1980. A relação da capitalização bursátil da sociedade segundo o seu valor contábil (ativos menos dívidas), ou coeficiente de q de Tobin, cai durante a crise estrutural dos anos 70 até o mínimo de 0,39, em seguida eleva-se gradualmente, culminando em 1,75, em 2000 (antes de uma nova queda, descrita como o estouro da bolha) (DUMÉNIL; LÉVY, 2005, p.91).

É fácil imaginar o impacto de todas essas mudanças na renda e nos bens das famílias ricas. Nas décadas após a guerra, 1% das famílias mais ricas dos Estados Unidos possuíam cerca de um terço da riqueza total. Durante a crise estrutural, esse percentual caiu para 22% em poucos anos: a redução da desigualdade para a classe dominante era ameaçadora e inadmissível. Nessa perspectiva, o neoliberalismo é o maior sucesso: em poucos anos, a situação anterior à crise estrutural foi reconstruída, ou melhor, “melhorada” (DUMÉNIL; LÉVY, 2005).

Vamos alcançar, então, o segundo período de hegemonia da finança, década de 1980, no qual o neoliberalismo vai se propagar protegido pelo Estado. O Estado é a instituição que representa o poder das classes dominantes e através dele a dominação é imposta ao resto dos cidadãos (DUMÉNIL; LÉVY, 2005).

Sob o neoliberalismo, reforma-se o Estado tanto dos países que se haviam organizado em moldes socialistas como os que sempre estiveram organizados em moldes capitalistas. Realizam-se a desregulamentação das atividades econômicas pelo Estado, a privatização das empresas produtivas estatais, a privatização das organizações e instituições governamentais relativas à habitação, aos transportes, à educação, à saúde e à previdência. (IANNI, 1998, P.28)

Conforme Polanyi (2001, apud SILVA, 2010), a autorregulação estatal é uma ameaça à sociedade, porque se baseia na flexibilidade de preços e coloca em risco tanto os produtores quanto a mão-de-obra. Portanto, é necessário proteger ambos. Com a grande mudança para quebrar a estrutura do sistema de supervisão pública instituída pela lógica da autonomia contratual, é de importância decisiva para a proteção do trabalho e do capital, ou seja, para garantir a estabilidade e continuidade da acumulação de capital e do capitalismo. A supervisão pública de contratos não é uma ferramenta para se opor à acumulação de capital, mas conduz à sua continuidade e estabilidade.

O resultado da autorregulação nada mais é do que a proteção da acumulação de capital, de um lado, e a falta de proteção para o trabalho, de outro. O surgimento de um mercado de trabalho livre nada mais é do que um sistema baseado em contratos de venda de mão de obra, que não é restringido pelo sistema feudal ou explorado pelo capitalismo. A crise do capitalismo competitivo mostra finalmente que o modelo de autodisciplina é suficiente para garantir a geração e consolidação dessa forma de organização econômica e social, mas não o suficiente para garantir sua estabilidade e continuidade (Polanyi, 2001 apud SILVA, 2010).

Essa crise exibiu a demanda de uma reorganização do modo de produção capitalista:

Economicamente, o neoliberalismo fracassou, não conseguiu nenhuma revitalização básica do capitalismo avançado. Socialmente, ao contrário, o neoliberalismo conseguiu muitos dos seus objetivos, criando sociedades marcadamente mais

desiguais, embora não tão desestatizadas como queria. Política e ideologicamente, todavia, o neoliberalismo alcançou êxito num grau com o qual seus fundadores originalmente jamais sonharam, disseminando a simples ideia de que não há alternativas para os seus princípios, que todos, seja confessando ou negando, têm de adaptar-se a suas normas (ANDERSON, 1995, p.22-3).

Depois da guerra, sob a influência da Revolução Soviética em 1917, alguns países tiveram uma forte resposta teórica e política ao intervencionismo e ao Estado de bem-estar, buscando uma política sem limitações do mecanismo de mercado (ANDERSON, 1995).

Como abordado no capítulo 1, Friedrich Hayek foi seu principal pensador. Em seu livro “Caminho para a servidão”, publicado pela primeira vez em 1944, Hayek (1990) se opõe fortemente ao estado de bem-estar social, argumentando que esse tipo de organização social mina a iniciativa dos indivíduos de gerar riqueza, e toda sociedade se prejudica com isso a médio e longo prazo. Nesse sentido, a desigualdade social é o valor positivo que gera e mantém o desenvolvimento econômico.

Esta alternativa pode ser entendida principalmente pelo seu descumprimento com as políticas públicas econômicas e sociais e pelo almejo ao Estado mínimo. Essa reorganização do capitalismo escolheu o mercado como o grande regulador econômico e social. A moeda estável, a concentração de riquezas, a contenção de gastos com as funções sociais do Estado, o combate ao sindicalismo e a taxa natural de desemprego são traços e, ao mesmo tempo, metas do ideário neoliberal:

[...] as raízes da crise estavam localizadas no poder excessivo e nefasto dos sindicatos que havia corroído as bases da acumulação capitalista com suas pressões reivindicativas sobre os salários e sua pressão parasitária para que o Estado aumentasse cada vez mais os gastos sociais (ANDERSON, 1995, p.10).

No entanto, para analisar melhor este problema, especialmente para compreender a marcha desigual no desenvolvimento do capitalismo, pois é necessário perceber que uma situação de autonomia total não pode ser estabelecida a economia, a política e a sociedade. Além disso, a forma de supervisão é construída como parte da trajetória histórica dos movimentos sociais como expressão de suas dimensões econômica, social e política. Finalmente, essas dimensões têm um certo grau de autonomia relativa (DEDECCA, 2015).

A economia capitalista não é e não pode ser estacionária. Nem se está simplesmente expandindo de maneira uniforme. É incessantemente revolucionada, de dentro, por novos empreendimentos, isto é, pela introdução de novas mercadorias ou novos métodos de produção ou ainda novas oportunidades comerciais, em sua estrutura industrial, como existem a qualquer momento dado. Quaisquer estruturas existentes e todas as condições econômicas estão sempre em processo de evolução. Cada situação está sendo alterada, antes que tenha tido tempo de se firmar. Progresso econômico, na sociedade capitalista, significa tumulto (Schumpeter, 1961, p. 54, apud SILVA, 2010).

Enquanto Schumpeter interpreta o capitalismo como a inevitabilidade da transformação contínua do sistema produtivo, o autor acredita que Marx já havia apontado esse movimento. Polanyi mostrou a complexidade desse processo apontando a economia, a sociedade e a política. E essa relação simbiótica não se resolve facilmente pela sociedade, pelo contrário, se resolve como um processo permanente. Mesmo uma rápida reflexão sobre a regulação e esgotamento do capitalismo pós-guerra, na chamada fase benigna do capitalismo, e sua relação com a desigualdade geral da sociedade pode nos permitir destacar a complexidade do processo de acumulação e o impasse recorrente e distribuição de riqueza (DEDECCA, 2015).

Aglietta (1997; 2008) propôs um dos métodos mais precisos para modelos regulatórios do pós-guerra. Em sua obra, o autor relaciona o desenvolvimento do pós-guerra com a composição de uma sociedade salarial em que a prevalência do trabalho remunerado, a importância do sistema de interesse coletivo e as políticas sociais estão integradas a um direito público e extenso de redistribuição indireta. Permite a disseminação das vantagens do capitalismo em bens e serviços mercantis e não mercantis para grandes partes da sociedade, e Castel (2009) chama isso de gestão regulada da desigualdade.

É inegável que a gestão normativa da desigualdade pós-guerra foi superada e um novo quadro institucional diferente e mais complexo se consolidou, um dos resultados é a expansão da desigualdade nas sociedades capitalistas desenvolvidas. Michaels (2008) defende que as políticas de discriminação positiva estão interligadas com a fragmentação dos interesses e fazem parte das raízes do atual processo de elevação da desigualdade. O autor afirma que:

[...] em 1947 – sete anos antes da decisão da Suprema Corte no caso *Brown vs Board of Education*, 16 anos antes da publicação do livro *The Feminine Mystique* de Betty Friedan – 5% dos americanos assalariados de maior renda detinham 43% da renda dos EUA. Hoje, este mesmo estrato recebe 50,5%. Em 1947, os 5% dos americanos de menor renda se apropriavam de 5% do total da renda, hoje eles recebem 3,4% (...). Por quê? Porque a exploração, e não a discriminação, é o principal fator produtor de desigualdade hoje. É o neoliberalismo, e não o racismo ou o sexismo (ou homofobia ou preconceito de idade) que cria as desigualdades que mais importam na sociedade americana (MICHAELS, 2008, p. 33).

Argumenta-se que, quaisquer que sejam as conclusões dos dois documentos em análise, é inegável que enfocaram o tema atual no ajuste da sociedade capitalista e sua relação com a desigualdade. O capitalismo está atualmente passando por um processo de transformação oposto à redução da desigualdade. Um movimento que não pode ser explicado pela falta de instituições. Ao contrário, eles se expandiram nas últimas quatro décadas, enquanto a desigualdade também aumentou. Conforme apontado por Michaels (2008), essa transição

reafirma o fato de a maior parte da população estar subordinada à acumulação de capital, o que se dá por meio de uma estrutura institucional mais complexa.

A intervenção dos países mais ricos e poderosos na economia não é mais como mediador das relações sociais, mas principalmente para apoiar o modelo de acumulação neoliberal que hoje concede privilégios ao capital financeiro. O Estado deve implementar políticas que conduzam à acumulação especulativa, que inevitavelmente aumentam o desemprego e as crises. A desregulamentação da economia pelo Estado é essencial para a implementação desse modelo econômico no mundo todo. O capitalismo é um processo de desenvolvimento simultâneo da sociedade, economia e cultura, e seu desenvolvimento é desigual e contraditório (IANNI, 1997).

Na distribuição primária, o trabalho perde sua parcela dos lucros como um todo, e os lucros são cada vez mais desviados e convertidos em renda financeira. Em segundo lugar, a participação dos Estados no PIB continua elevada, mas em um contexto de baixo crescimento e aumento da expectativa de vida, o emprego e os problemas sociais decorrentes do ajustamento da estrutura produtiva e o seu impacto na procura de proteção social, vêm corroendo as políticas públicas para reduzir seus gastos per capita. No campo das demandas sociais, as demandas por ações específicas têm aumentado, resultando em multiplicação de sistemas e fragmentação das políticas sociais (DEDECCA, 2015).

No neoliberalismo, o reestabelecimento do crescimento econômico inclui a estabilização da moeda, o controle dos gastos com o bem-estar social e as reformas fiscais para concentrar a riqueza, realizando assim novos investimentos e restaurando a taxa de desemprego "natural". O desemprego massivo causado pelo neoliberalismo em todo o mundo é a parte mais desumana da nova ordem. Assumindo que só o capital concentrado gera riquezas, ou seja, um aumento de capital significa investimentos, o desemprego, ou melhor, a taxa natural de desemprego, que faz diminuir os salários, garante maior taxa de lucro e, portanto, maior acumulação de capital. Desta forma, o desemprego não é um resultado ruim do neoliberalismo, mas um de seus elementos estratégicos (PIRES; REIS, 1999).

### 3.2 DESIGUALDADE NO BRASIL

Após exibir a desigualdade como um elemento enraizado no neoliberalismo e essencial para o seu sucesso, este item tem o intuito de realizar um contraste dessa relação com a história recente brasileira.

### 3.2.1 NEOLIBERALISMO NO BRASIL E A RENDA DO TRABALHO NO PIB

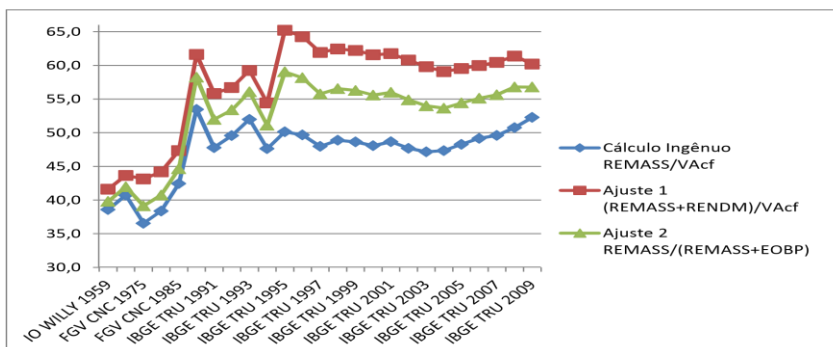
A distribuição da renda pessoal derivada do trabalho está relacionada à distribuição funcional da renda na economia brasileira. A extraordinária concentração funcional da renda condiciona e demarca o perfil da distribuição da renda do trabalho no Brasil. A distribuição da riqueza capitalista define os fluxos de renda do capital e molda as condições socioeconômicas em que a força de trabalho é recompensada nos processos de produção (MATTO, 2005).

Gollin chama a atenção que “os modelos econômicos supõem que as participações de trabalho e capital na renda deveriam ser idênticas ao longo do tempo e do espaço. Embora as séries de tempo dos países industrializados pareçam ser consistentes com esta hipótese, dados de cross-section parecem contradizê-la.” (GOLLIN, 2002, p. 458, apud CONSIDERA; PESSOA, 2013).

É habitual que as informações das contas nacionais assinalem que a participação do capital na renda em nações de baixa renda seja bem maior do que nos países maduros economicamente. Gollin (2002), entretanto, elabora explicações advindas da teoria que apontam em três direções. Ele sugere que uma melhor interpretação dos dados apontaria para participações de fatores semelhantes entre países. Particularmente, focado nas diferenças da participação de trabalhadores autônomos na geração de renda. Todavia, quando os dados são consertados, considerando as distinções entre taxas de participação de autônomos na produção, as diferenças que permanecem não são relacionadas claramente aos níveis de desenvolvimento econômico (CONSIDERA; PESSOA, 2013).

Gollin propõe 3 metodologias para corrigir o problema acima mencionado: (1) tratar todos os rendimentos de autônomos como remuneração do trabalho; (2) tratar os rendimentos de autônomos como proporcionalmente dividido entre trabalho e capital; e, (3) imputar aos autônomos um rendimento do trabalho semelhante ao rendimento médio de um empregado exercendo atividade semelhante, e a diferença em relação ao total dos rendimentos dos autônomos seria tratada como remuneração do capital (CONSIDERA; PESSOA, 2013, p.7).

Gráfico 1: PARTICIPAÇÃO DA REMUNERAÇÃO DO TRABALHO NA RENDA - TOTAL DA ECONOMIA



Fonte: Tabela 1; Remunerações de Assalariados (REMASS); Valor Adicionado a custo de fator (Vacf);

Excedente Operacional Bruto Total (EOBT); Rendimento Misto (RENDM); Excedente Operacional Bruto Puro (EOBP).  
Apud, Considera e Pessoa, 2013.

Nos três processos, conforme explicado no Gráfico 1 e no Anexo 1 (Considera e Pessoa, 2013), a fração das remunerações do trabalho na renda do país acende de 1959 para 1970, cai em 1975, para valores semelhantes ao de 1959, e volta a acender até 1990. Em seguida, cai até 1994, e em 1995 volta a subir alcançando seu ápice em torno de 60%, média dos 3 métodos. Porém em 1996, começa uma curva declinante que se encerra em 2003 diante a participação das remunerações na renda do país, voltando a subir amenamente até 2009 (CONSIDERA; PESSOA, 2013).

Pelo Ajustamento 1 [(remunerações de assalariados + rendimento misto bruto) /VAcf], a participação dos rendimentos do trabalho somado com rendimento misto, no PIB brasileiro, sobe para média de 57,1% (varia de 41,6 a 61,6% e desvio padrão de 7,2); este resultado, entretanto, é bastante inferior à de quase todos os países da amostra de GOLLIN cuja média é 74,5, quando o mesmo procedimento é utilizado. No caso do ajustamento 2 [remunerações/(remunerações de assalariados + excedente puro)] que considera que a renda auferida por autônomos (rendimento misto bruto) é distribuída proporcionalmente entre remunerações e excedente puro, a média é 52,6% (varia de 39,1 a 58,2%, com desvio padrão de 6,2); esta participação é inferior a de quase todos os países listados por GOLLIN (média de 68,6% quando o mesmo procedimento é usado), quer sejam eles mais ou menos desenvolvidos (CONSIDERA; PESSOA, 2013, p. 12).

A relação entre a fração das remunerações de empregados no PIB com o desenvolvimento econômico, medido pelo PIB per capita, pode ser visto no gráfico 1. Essa associação é feita à medida que o PIB per capita se elevou desde 1959 a 2009 e a participação das remunerações de assalariados também cresceu. Contudo, quando são executados os ajustes 1 e 2, a correlação com o PIB per capita fica bem maior. Entretanto, quando se considera apenas período após 1990, a relação com o PIB per capita é fraca, por qualquer dos 3 métodos (CONSIDERA; PESSOA, 2013).

Deste modo, quando se observa de 1959 até 1990, a porção das remunerações de assalariados tende a crescer em qualquer método em razão do desenvolvimento brasileiro. Todavia, na década de 1990 em diante, a fração das remunerações de assalariados no PIB declina até 2004 (CONSIDERA; PESSOA, 2013).

Pode-se afirmar que o resultado inicial desfavorável à remuneração dos trabalhadores foi consequência do reflexo, no mercado de trabalho brasileiro, da adoção de medidas econômicas contracionistas para a manutenção da estabilização dos preços após a implantação do Plano Real. Em uma primeira fase, de 1995 a 1999, pode-se destacar, entre elas, a abertura comercial e o câmbio apreciado, com o consequente aumento das importações, que trouxeram ainda uma reestruturação produtiva destruidora de empregos; as elevadas taxas de juros de toda a economia por um longo período; e a redução, em proporção ao PIB, do gasto público primário, estes já no período posterior a 1999. Em média, neste período de dez anos entre 1995 e 2004, o país registrou baixo crescimento econômico (2,5% ao ano), resultado que refletiu também a intensificação das opções macroeconômicas restritivas tomadas por conta da vulnerabilidade externa

da economia brasileira frente às crises observadas em países emergentes.<sup>8</sup> Tal conjuntura impactou severamente o mercado de trabalho brasileiro que registrou aumento do desemprego, da informalidade e achatamento dos salários. Embora o país tenha registrado variação positiva do PIB no ano de 2000 (+4,3%), problemas internos, como a crise energética do ano seguinte, o risco de descontrole inflacionário e a deterioração significativa das condições de endividamento público em 2002 evitaram que houvesse a manutenção do crescimento econômico, comprometendo também o ano de 2003.<sup>9</sup> Assim, a retomada do crescimento e a consequente recuperação do emprego e das remunerações na renda nacional só vieram a ocorrer a partir de 2004. Este segundo movimento, de recuperação da participação das remunerações, prosseguiu continuamente até 2009, último ano da série oficial. Nesse período, observou-se pela primeira vez na economia brasileira, desde 1980, a ocorrência de cinco anos consecutivos de elevação do PIB acima de 3,0% ao ano.<sup>10</sup> A partir de 2004, houve também ampliação do nível de ocupação da população economicamente ativa, aumento de sua formalização e substanciais melhorias na remuneração do trabalho (NETTO; SABOIA, 2014, p. 488-490).

Em relação a questão da remuneração dos trabalhadores, deve-se observar que o valor do salário-mínimo nacional recebeu sucessivos reajustes acima da inflação no período 2004 a 2009. Esse é mais um sinal que evidencia o movimento de recuperação das remunerações e a obtenção por sindicatos trabalhistas de reajustes salariais superiores à inflação. Pelo menos até 2008, o crescimento econômico do Brasil e a consequente expansão da quantidade e da qualidade do emprego podem ser atribuídos às condições favoráveis da economia mundial e da economia doméstica. No início, o forte crescimento das exportações do Brasil se refletiu em sua maior participação no PIB. No entanto, do último trimestre de 2008 a 2009, quando o impacto da crise mundial se intensificou, as condições externas impactaram negativamente o crescimento do país. Portanto, o consumo doméstico dominou de forma a manter a situação relativamente favorável do mercado de trabalho brasileiro. Nesse contexto, além da integração das medidas de expansão do crédito e dos programas sociais de transferência de renda que promovam o consumo das famílias, os já mencionados efeitos da política de restauração do salário-mínimo têm desempenhado papel fundamental (NETTO; SABOYA, 2014).

O mercado brasileiro pode ser dividido entre um mercado externo de trabalho e um segmento denominado “mercado interno de trabalho” (EDWARDS; REICH; GORDON, 1975, apud MATTOS, 2015).

No mercado interno de trabalho estão os empregados dos setores industriais organizados, geralmente com forte característica oligopolística. Dentro dele, os salários e postos de trabalho são determinados por uma certa estrutura ocupacional que obedece a regras administrativas próprias, relacionadas a fatores tecnológicos que não estão presentes nos setores mais atrasados da economia. No mercado externo de trabalho, ao contrário, os trabalhadores não precisam apresentar quase nenhuma qualificação e suas remunerações são determinadas por fatores mais aleatórios do funcionamento do mercado de trabalho em geral, as chamadas “forças de oferta e de demanda”, que variam com intensidade mais elevada de acordo com as flutuações do ciclo econômico. No mercado externo de trabalho estão presentes os trabalhadores sem qualificação, tanto dos setores mais atrasados da economia, como ainda aqueles localizados na base da pirâmide ocupacional dos setores oligopolizados da estrutura

produtiva (faxineiros, vigias, etc. das empresas com alta concentração de capital) (MATTOS, 2015, p.137).

Logo, a dinâmica da determinação salarial é distinta nos dois casos. O processo de exclusão e o desenvolvimento tecnológico encerram os postos de trabalho de baixa remuneração, aqueles com trabalhadores menos qualificados. Esse processo reduz a possibilidade de recuperação dos rendimentos reais dos trabalhadores do mercado externo de trabalho, mesmo quando a conjuntura econômica foi mais favorável a um aumento do nível produtivo e de emprego. O enorme “exército industrial de reserva” e a informalização do mercado de trabalho brasileiro, sobretudo no início da década de 1980, quando se expandiram as estruturas de flexibilização do mercado de trabalho no Brasil, ademais do insignificante patamar em que se encontrava o salário-mínimo, contribuíram para que se concretizasse uma significativa diferença salarial entre as camadas do mercado de trabalho brasileiro (MATTOS, 2015).

Em um primeiro momento, precisamente até 2005, é o rendimento médio real que declina enquanto as ocupações crescem. Em termos absolutos, as ocupações de autônomos aumentaram em 9,0% de 2000 a 2005, enquanto que o RMB real médio reduziu-se em 11,0%. A partir de 2005, ocorre o inverso: enquanto as ocupações são reduzidas, voltando ao patamar do ano 2000, os rendimentos médios dos autônomos, em termos reais, elevam-se em 16,6%. Em síntese, até 2005, é a queda do rendimento médio dos autônomos que explica o decréscimo da massa de RMB no PIB; após este ano, é a redução dos postos de trabalho nessa condição que define sua continuidade, aliada ao maior crescimento dos outros componentes da renda. Ou seja, com a melhora do mercado de trabalho, nos anos finais da série ocorre uma redução proporcional e até mesmo absoluta das ocupações preenchidas por trabalhadores autônomos, ocasionando perda de participação relativa tanto nas ocupações quanto na massa de rendimentos em relação ao PIB ou ao VAB. Após uma pequena variação negativa nos dois anos iniciais, os ILPI, em proporção do PIB, apresentaram uma primeira elevação até 2001 recuando a seguir até 2003. No ano subsequente ocorreu novo ganho de participação e em seguida até o ano de 2007, estabilização na faixa de 15,0% (Figura 1). Analisando-se os dados desagregados por tipo de imposto<sup>14</sup> pode-se afirmar que as causas para o crescimento relativo dos ILPI foram o aumento da arrecadação sobre folha de pagamento e seguridade social, por conta do aumento da massa salarial e da formalização dos postos de trabalho, e o ganho de peso das importações no PIB, com a conseqüente maior arrecadação de impostos ligados a esta atividade (NETTO E SABOYA, 2014, p.491).

Conforme abordado por Souza (1980 apud MATTOS, 2015), uma recuperação do valor real do salário-mínimo teria sido essencial para a diminuição das desigualdades de renda do trabalho existentes. Este atributo de alta produtividade em alguns setores da economia brasileira está associado a posição oligopolista desfrutada por empresas comerciais e à possibilidade desses setores mais dinâmicos pagarem salários menores a uma parcela de sua mão-de-obra permitindo que uma grande parte do valor adicionado seja absorvido na forma de lucros.

Sinteticamente, a oportunidade de recompensar uma parcela significativa de seus trabalhadores com salários reduzidos consente aos principais setores capitalistas da economia

o pagamento de uma alta remuneração a setores de sua produção sem que sejam reprimidas as suas margens de lucro, favorecendo, portanto, a concentração funcional da renda (MATTOS, 2015).

A combinação de fatores estruturais da economia brasileira e escolhas políticas preventivas tem levado o governo brasileiro a apoiar a recomposição generalizada do valor real do salário-mínimo nacional em anos mais prósperos, resultando em evidente desigualdade na estrutura de renda e pobres e excessivamente flexíveis infraestruturas do mercado de trabalho (OLIVEIRA; MATTOSO, 1996, apud MATTOS 2015).

As diferenças entre os diversos setores produtivos da economia brasileira estão relacionadas às diferenças salariais do mercado de trabalho brasileiro. Portanto, a alta concentração pessoal da renda do trabalho no Brasil está intimamente relacionada à alta concentração funcional da renda. Portanto, o estudo da distribuição individual da renda do trabalho descreve uma forma bastante representativa do problema de distribuição, especialmente no contexto da sociedade brasileira (MATTOS, 2015).

A reversão econômica começou na década de 1980, com a recessão e a crise da dívida externa, e continuou devido às tentativas fracassadas de “ajuste” macroeconômico, resultando no legado de baixas taxas médias de crescimento do PIB e baixos níveis gerais. Os sinais da crise do mercado de trabalho brasileiro são a expansão do setor informal e a queda do rendimento médio real dos trabalhadores. Consolidando-se uma nova trajetória de aumento da desigualdade de renda, desta vez com queda da renda média real (MATTOS, 2015).

A expansão econômica começou a depender de esforços de exportação para arcar com o peso da dívida externa. A participação dos salários na ocupação geral não está mais se expandindo: sua taxa de crescimento é semelhante à da PEA entre 1890 e 1991. No entanto, a desaceleração econômica, a incerteza relacionada à inflação e a expansão da "financeirização" da dívida interna têm contribuído para a situação macroeconômica instável, resultando em uma queda na taxa de investimento produtivo, e tendo um impacto catastrófico na forma de emprego. Portanto, a instabilidade do mercado de trabalho se manifesta na expansão do recrutamento fora do registro legal (MATTOS, 2015).

**Tabela 2: Componentes do Produto Interno Bruto pela Ótica da Renda Brasil – 1991-1999**

Componentes	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999
<b>Produto Interno Bruto</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>
Remuneração dos Empregados	37,5%	40,2%	41,7%	36,6%	34,3%	34,6%	33,0%	32,4%	32,8%
Salários	32,0%	40,2%	41,7%	32,0%	29,6%	28,8%	27,4%	26,9%	26,5%
Contribuições Sociais Efetivas	5,5%	5,5%	5,8%	4,6%	4,7%	5,8%	5,6%	5,5%	6,2%
Contribuições Sociais Imputadas	4,2%	3,4%	3,4%	3,5%	4,0%	3,9%	3,9%	4,1%	4,7%
Rendimentos Autônomos	7,0%	6,3%	6,3%	5,7%	5,9%	5,7%	5,7%	5,5%	5,1%
Excedente Operacional Bruto	38,5%	38,0%	35,4%	38,4%	40,3%	41,0%	42,9%	44,0%	41,4%
Impostos Líquidos de Subsídios sobre a Produção e Importação	12,9%	12,2%	13,2%	15,8%	15,6%	14,8%	14,6%	14,0%	16,0%

Fonte: IBGE. Diretoria de Pesquisas. Departamento de Contas nacionais. Apud Mattos, p. 145, 2005

Os dados citados apresentados na tabela 3 mostram que, ao longo da década de 1990, levando em consideração indicadores de tais características estruturais, a participação da remuneração dos empregados na renda nacional caiu de cerca de 37,5% em 1991 para apenas cerca de 32,8% em 1999. Principalmente os salários caíram quase seis pontos percentuais durante este período, de 32% para cerca de 26,5%. Ao mesmo tempo, o superávit operacional total (falando grosso modo, pode ser considerado lucro corporativo) e os impostos sobre a produção aumentaram.

Por fim – e sem a preocupação de ser exaustivo – pode se apresentar mais um indicador da deterioração do perfil distributivo na economia brasileira como decorrência da implementação do Plano Real e – principalmente – pelo que o mesmo representou em termos da inserção da economia brasileira no cenário da economia globalizada.<sup>20</sup> A política cambial e a elevação das taxas de juros reais na economia brasileira, no primeiro mandato de FHC, tiveram múltiplos efeitos: sobre a balança comercial, em particular, e sobre as transações correntes do balanço de pagamentos; sobre o nível e produção do emprego industrial; sobre a atividade econômica em geral (PIB); e também sobre as contas públicas. A elevação das dívidas externa e interna foi um resultado inequívoco do período. Um dos efeitos mais nefastos de tal cenário foi a ampliação do peso das despesas financeiras no conjunto das despesas públicas. A proporção dos gastos com pagamentos de juros da dívida interna em comparação com os gastos da esfera social ampliou-se aceleradamente e de forma sem precedentes ao longo dos anos 90. Em 1995, os gastos com juros e com encargos da dívida interna representavam cerca de 21,4% do total dos gastos sociais e, em 2001, 31,6% (FILGUEIRAS, 2000). Essa é também uma forma de manifestação da acelerada deterioração do perfil distributivo brasileiro, ocorrida nos anos mais recentes, e que não é captada pelos indicadores mais tradicionais de distribuição da renda do trabalho (divisão da renda nacional por estratos de rendimentos do trabalho) (MATTOS, 2015, p. 145 e 146).

A tragédia da realidade da distribuição no Brasil é que há fatores políticos e históricos que consolidam esse alto grau de exclusão social. Esses diferentes componentes têm fortalecido esse quadro de desigualdade por meio de decisões de política econômica, desempenho judicial, aspectos econômicos institucionais e definição de regras sociais, que não são quantificados por

meio de dados de distribuição pessoal de renda. Os indicadores tradicionais de distribuição de renda não captaram essa nova face da desigualdade, mas tiveram papel decisivo na ampliação da desigualdade que já existe na sociedade brasileira (MATTOS, 2005).

Em economias como a brasileira, organizadas em razão de mercados, o bem-estar é correspondente à renda monetária, permitindo a compra privada de bens e serviços essenciais do dia a dia. É certo que, de forma secundária, esses bens e serviços também podem ser fornecidos de forma gratuita pelo Estado. Contudo, em uma economia de mercado, isso nem sempre acontecesse. Admite-se também que essa renda monetária é proveniente principalmente do mercado de trabalho. É verdade que a política social, teve um papel importante na mobilidade de renda, mas isso não obscurece a relevância do mercado de trabalho como principal mecanismo determinante do bem-estar da população. Para entender o mercado de trabalho, é preciso entender principalmente a macroeconomia. De certa forma, a economia brasileira na década de 1990, quando a acumulação capitalista com características liberais tomou forma, elevaram-se os efeitos dessa acumulação no mercado de trabalho, como aumento do desemprego, baixo emprego, aumento da informalidade, queda da renda etc (CAMPOS, 2015).

Iniciando pela oferta de trabalho no mercado, verifica-se que a população brasileira, considerada como um conjunto, cresceu cada vez menos ao longo das décadas de 1990 e 2000. É certo que houve momentos de crescimento mais acelerado, como entre os anos de 1997 e 1998 (quando a variação de um ano para outro alcançou 2,06%), bem como entre os de 2009 e 2010 (1,25%). Entretanto, levando-se em conta as duas décadas, esse crescimento se mostrou mais vagaroso, ainda que tenha continuado positivo em todos os anos – mesmo entre 2011 e 2012, quando se restringiu a 0,81% (CAMPOS, 2015, p. 11)

A ocupação também variou de forma diferente nas décadas de 1990 e 2000: retração até 1998, e permanecendo estável em 52,0% da PIA entre 1999 e 2001 (CAMPOS, 2015).

Ainda a respeito da ocupação, até o ano de 1999, ela tendeu a se “informalizar”, com o peso crescente, no conjunto dos trabalhadores, dos conta própria sem previdência social e dos assalariados sem carteira assinada. Entre 2000 e 2002, o fenômeno se manteve no patamar de quase 52,0% da força laboral. Entretanto, a partir de 2003, a ocupação tendeu a se formalizar de novo, com o peso decrescente dos conta própria sem previdência e dos assalariados sem carteira – que alcançou “apenas” 39,3% em 2012 (CAMPOS, 2015, p. 14)

Na questão das políticas sociais, ao longo da década de 1990, em detrimento da CF/1988, ocorreu um avanço por meio de novos programas, em áreas como a previdência (aposentadorias e pensões rurais) e a assistência (transferências condicionadas de rendimentos). A implementação dessas medidas resultou em um crescimento de gastos superior ao PIB em quase todos os anos entre 1995 e 2010. Mas isso não representa nenhum absurdo, pois os gastos

ressaltam um aspecto da acumulação que tomava forma na época: a importância do mercado interno, e conseqüentemente dando mais importância ao consumo das famílias (CAMPOS, 2015).

A década de 1990 testemunharam um avanço no bem-estar da população, que poderia ter sido bem maior se o Brasil não estivesse com as amarras neoliberais instauradas. Evidências disso podem ser encontradas em lugares como indicadores de pobreza e miséria. Ambos os fenômenos encolheram no país, especialmente nos anos 2000 (CAMPOS, 2015).

### 3.2.2 DESIGUALDADE TRIBUTÁRIA

Os Estados pouco fizeram para reduzir a desigualdade global. Em vez disso, buscam medidas protecionistas, guerras comerciais e fiscais e restrições de imigração, mantendo e ampliando a desigualdade entre sua população e membros de outros países. No entanto, em âmbito nacional, o Estado continua sendo o responsável por criar políticas de redução da desigualdade gerada pelas atividades da sociedade capitalista. Por meio da tributação, de programas sociais e pelo fornecimento de bens públicos e semipúblicos o Estado tem suas ferramentas clássicas para interferir na estrutura da desigualdade doméstica (COSTA, 2019).

Entretanto, uma das raízes da desigualdade no Brasil é o sistema tributário. O baixo imposto sobre o lucro no país e a baixa progressividade do imposto de renda derivam das raízes neoliberais que prevaleceram nas décadas de 1980 e 1990 (GOBETTI e ORAIR, 2016).

O Brasil é um dos países em desenvolvimento com maior carga tributária do mundo, respondendo por cerca de 33% do PIB, próximo à média dos países da OCDE. Ao contrário das economias mais ricas, a carga do Brasil está concentrada em impostos indiretos e impostos regressivos, em vez de impostos diretos e impostos progressivos. O país é também um dos poucos países do mundo onde a distribuição de lucros e dividendos aos acionistas das empresas está totalmente isenta de imposto de renda. Essa isenção para pessoas físicas foi introduzida em 1995 e tem o benefício de reduzir o imposto de renda pessoa jurídica: a possibilidade de deduzir do lucro tributável despesas fictícias chamadas de “juros sobre o capital próprio” (GOBETTI e ORAIR, 2016).

No caso do Brasil, a arrecadação total de impostos de fato aumentou: foi de 31,8% do produto interno bruto (PIB) em 2003 para 35,9% em 2012, excedendo o número médio de países da OCDE, que é de 34,6% (Castro, 2014). No entanto, a composição das receitas tributárias no Brasil difere substancialmente daquela que existe nos países onde o Estado tem maior poder redistributivo. Assim, enquanto os impostos indiretos que incidem sobre o consumo (e que são, por definição, regressivos, já que os pobres

gastam com o consumo uma proporção maior de sua renda) representam 49,7% de todos os impostos cobrados no Brasil, eles detinham uma participação muito menor no total de impostos arrecadados nos países europeus – a título de exemplo: 29,2% na Alemanha e 27,3% na Noruega (European Union, 2014). No Brasil, a composição das receitas tributárias não variou substancialmente desde que o PT tomou posse, em 2003 (Oliveira, 2018, p. 127). Isso também é verdade para outras características regressivas do sistema tributário brasileiro, como a inexistência de taxaço para dividendos – em países da OCDE, esse tributo pode chegar a 49,5%, como no caso do Canadá, ou mesmo a 51%, na Irlanda – e a baixa tributação da renda dos muito ricos – no Brasil, a maior alíquota é 27,5%, enquanto na Suécia, por exemplo, chega a 56,6% (Castro, 2014; Gobbetti e Orair, 2017). Essa estrutura de arrecadação de impostos também é incapaz de alterar a concentração de riqueza abrangendo propriedades e outros ativos. Com base na análise de mais de 25 milhões de declarações fiscais, Castro (2014) conclui que apenas 406.064 contribuintes (0,2% da população brasileira) possuem cerca de 47% da riqueza declarada no Brasil. Ainda conforme Castro (2014), o coeficiente de Gini para a riqueza se manteve praticamente estável desde 2006, nomeadamente em torno do valor extraordinariamente alto de 0,85 (COSTA, 2019, p. 63 e 64).

O dado mais emblemático para estudar a maior concentração de renda é a declaração de imposto de renda de pessoa física. Em comparação com as pesquisas domiciliares, os dados fiscais têm dois atrativos principais: a possibilidade de estabelecer uma sequência histórica de longo prazo e captar com mais precisão a renda das pessoas mais ricas. No Brasil, o peso do IRPF é diferente do dos países desenvolvidos, mas o órgão tributário vem coletando e publicando tabelas valiosas para a análise da desigualdade de renda desde a década de 1920 (SOUZA, 2016).

Apesar de todas as deficiências, não há indicação de que os dados sejam menos confiáveis do que a média dos casos na literatura internacional. O Brasil estabeleceu um imposto de renda de longa data, as mudanças legislativas não prejudicam a comparabilidade histórica, existem tabelas muito detalhadas sem grandes lacunas de tempo por nível de renda e boas estimativas históricas de agregados macroeconômicos (SOUZA, 2016).

Os resultados dos dados tributários mostram que as turbulências foram acompanhadas por maior concentração no topo. Depois de algum recuo no fim dos anos 1970, a fração recebida pelos mais ricos aumentou paulatinamente ao longo da década de 1980, chegando nas séries preferidas a um patamar próximo ao pico histórico estimado para a 2ª Guerra Mundial. O recrudescimento da desigualdade concentrou-se nos estratos mais abastados, como o 0,01%, o 0,1% e o 1% mais ricos, que começaram a aumentar sua participação na renda total desde o início do período em análise. Para estratos maiores, como os 5% e os 10% mais ricos, as mudanças são bem menos pronunciadas e quase inteiramente detonadas pelos mais ricos. composição dos rendimentos dos mais ricos evidencia que esse aumento da desigualdade foi motivado sobretudo pelos rendimentos não tributáveis, isto é, os rendimentos isentos ou sujeitos à tributação exclusiva na fonte. Isso se observa tanto nos cálculos a partir das tabulações ordenadas por rendimentos brutos tributáveis quanto nas estimativas produzidas com base em tabulações ordenadas por rendimentos não tributáveis (disponíveis apenas para os anos de 1979 a 1988) (SOUZA, 2016, p. 300).

Deste modo, vemos que as medidas tributárias, surgidas entre as décadas de 1980 e 1990, prejudicaram o caráter progressivo da tributação e favoreceram os proprietários do capital, embasadas nos fundamentos teóricos neoliberais que estão sendo revisados pelo *mainstream* da teoria econômica atual (GOBETTI; ORAIR, 2016).

Chama a atenção que essa inflexão econômica na política tributária brasileira, abandono objetivos distributivos, tenha ocorrido simultaneamente ao reconhecimento de uma série de direitos e benefícios sociais inscritos na Constituição de 1988. Já nos países desenvolvidos, a progressividade do sistema tributário e a taxação do capital estiveram na base da construção dos seus estados de bem-estar social. Esse aparentemente paradoxo é resultado de uma das principais prescrições de política econômica que o mesmo *mainstream* difundiu nos anos de 1980 e de 1990, segundo a qual a função distributiva da política fiscal deveria ser exercida apenas pelo lado do gasto, cabendo à autoridade tributária se preocupar apenas em arrecadar com menor nível possível de distorção econômica (GOBETTI e ORAIR, 2016, p. 17).

Assim, o sistema tributário brasileiro não avançou muito no caminho para a melhoria da eficiência econômica preconizado por tais teóricos normativos, mas tem sido utilizado de forma muito criativa para garantir a tributação dos proprietários do capital, por meio de benefícios, como juros sobre capital próprio e isenções de lucros e dividendos (GOBETTI; ORAIR, 2016).

## CONCLUSÃO

Esse trabalho buscou realizar uma análise detalhada sobre a doutrina neoliberal e como o impacto da sua implementação transcende do âmbito econômico para o social. Para isso, foi feita uma revisão histórica, possibilitando a compreensão de todas as formas que a doutrina assumiu durante sua evolução ao longo dos anos. Em seguida, permite-se observar a forma pela qual o neoliberalismo foi implementado no Brasil, e como isso impactou o nível da desigualdade no país.

Explicita-se que, após o período de declínio do keynesianismo, houve uma oportunidade para reestruturação da doutrina liberal clássica, que posteriormente vai ser conhecida como neoliberalismo e que se tornou para muitos países a única opção de substituição ao pensamento keynesiano. O Brasil, sendo um exemplo desses países, tomou o rumo neoliberal a partir do Consenso de Washington, seguido das privatizações e aberturas comerciais e financeiras.

Desse modo, a essência desigual do neoliberalismo transformou a sociedade brasileira, aumentando a diferença salarial entre as classes do mercado de trabalho, a concentração funcional da renda, e reduzindo a renda média real. Esses fatores, somados ao falho sistema tributário brasileiro, que possui um caráter neoliberal com baixa progressividade e pequeno imposto sobre o lucro, elevaram consideravelmente os níveis de desigualdade no país.

Para solucionar esses problemas, buscando a melhoria da distribuição de renda pessoal, tem-se a necessidade de uma diminuição da renda capital. Assim, é crucial que, a partir da estabilidade da economia brasileira e do maior fluxo de capitais entre as economias, consiga-se que, nos próximos anos, as taxas de juros caiam fortemente, o que trará um impacto em relação ao retorno sobre o capital, pois a queda dos juros promoverá a aceleração do processo de capitalização. Desse jeito, o acúmulo de capital no setor de produção terá suas recompensas reduzidas, e, por outro lado, a distribuição desigual de terras e a propriedade imobiliária pode ser resolvida com uma tributação sobre o patrimônio, para que, com isso, seja possível melhorar a distribuição de renda pessoal, mesmo com uma elevada concentração de capital e propriedade.

Portanto, tendo em vista a abordagem acerca da doutrina neoliberal realizada nesse trabalho, sintetiza-se seus aspectos negativos que rompem a barreira do campo econômico e causam danos a todo espectro social. Em outros termos, a escolha das principais políticas sociais, de limitar os gastos, retirar o papel de suporte a população do Estado e mesmo priorizar na estrutura tributária uma lógica que onera de forma desproporcional os mais pobres é a receita para a elevação da desigualdade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Marcelo de Paiva. A ordem do progresso: dois séculos de política econômica no Brasil/ Marcelo de Paiva Abreu. – 2. ed. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.
- AGLIETTA, Michel. Regulation et crise du capitalisme. Paris: Odile Jacob, 1997.
- AGLIETTA, Michel. Into a new growth regime. *New Left Review*, London, n. 54, 2008.
- ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In: EMIR, Sader; GENTILI, Pablo Gentil (Org.). Pós-neoliberalismo: As políticas Sociais e o Estado Democrático. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- BATISTA, Paulo Nogueira. O consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. São Paulo: Paz e Terra, 1994.
- BIANCARELI, André Martins. Sistema financeiro e desenvolvimento no Brasil: do Plano Real à crise financeira. São Paulo: Atitude, 2010.
- BIANCHI, Alvaro 2004 “O ministério dos industriais: a federação das indústrias do estado de São Paulo na crise das décadas de 1980 e 1990”. Tese de Doutorado em Ciências Sociais, Campinas, IFCH-Unicamp.
- CARNEIRO, Ricardo. Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quarto do século XX. São Paulo: Editora UNESP, IE- UNICAMP, 2002.
- CARVALHO, Carlos Eduardo; VIDOTTO, Carlos Augusto. Abertura do setor bancário ao capital estrangeiro nos anos 1990: o objetivo e o discurso do governo e dos banqueiros. *Nova Economia*, Belo Horizonte, v. 17, n. 3, p. 395-425, set./dez. 2007.
- CASTEL, R. La montée des incertitudes. Paris: Seuil, 2009.
- CHOMSKY, Noam. O lucro ou as pessoas? neoliberalismo e ordem global. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 2020.
- CONSIDERA, Claudio Monteiro; PESSOA, Samuel de Abreu. A distribuição funcional da renda no Brasil no período 1959-2009. *Pesquisa e planejamento econômico*, v.43, n 3, dez, 2013.
- COSTA, Sérgio. Desigualdades, interdependência e políticas sociais no Brasil. Pires, Roberto Rocha C. Implementando Desigualdades: reprodução de desigualdades na implementação de políticas públicas. Rio de Janeiro: Ipea, 2019.
- DARDOT, Pierre; Laval, Christian. A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Ed. Boitempo, 2016.
- DEDECCA, Claudio Salvadori. A redução da desigualdade e seus desafios. Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. - Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, jan, 2015
- DEYON, Pierre. O Mercantilismo. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1973.
- DUMÉNIL, Gérard; Lévy, Dominique. O neoliberalismo sob a hegemonia norte-americana. CHESNAIS, François. (org.). A Finança Mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, conseqüências. São Paulo: Boitempo, 2005.

FILGUEIRAS, Luiz. A história do Plano Real: fundamentos, impactos e contradições. São Paulo: Editora Boitempo, 2000.

FILGUEIRAS, Luiz. O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico. En publicación: Neoliberalismo y sectores dominantes. Tendencias globales y experiencias nacionales. Basualdo, Eduardo M.; Arceo, Enrique. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires. Agosto 2006. ISBN: 987-1183-56-9.

FREITAS, Maria C. P. Instituto de pesquisa econômica aplicada. Texto para Discussão nº 1566, Brasília, 2011

FREITAS, M. C. P.; PRATES, D. M. Abertura financeira na América Latina: as experiências da Argentina, Brasil e México. Campinas, 1998.

GIAMBIAGI, Fabio. Economia brasileira contemporânea (1945-2015). Rio de Janeiro: GEN | Grupo Editorial Nacional, 2021.

GOBETTI, Sérgio Wulff; ORAIR, Rodrigo Octávio. Tributação e distribuição da renda no Brasil: novas evidências a partir das declarações tributárias das pessoas físicas. Brasília: Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo, no. 136, fev, 2016.

GOLLIN, D. Getting income shares right. Journal of Political Economy, v. 110, n. 2, p. 458-474, 2002.

HAYEK, Friedrich. O caminho da servidão. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.

IANNI, O. Teorias da globalização. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

MARX, Karl. (1958): Zur Kritik der Politischen Oekonomie. Erstes Heft. Berlin: Dietz Verlag.

MATTOS, Fernando Augusto Mansor de. Aspectos históricos e metodológicos da evolução recente do perfil distributivo brasileiro. São Paulo: Perspec.vol 19, no. 2 Apr/ June, 2005.

MICHAELS, W. B. Against diversity. New Left Review, London, n. 52, 2008.

NASSUNO, Marianne. Pressão externa e abertura comercial no Brasil. São Paulo: EAESPIFQV, 1995. 90p. (Dissertação de Mestrado apresentada ao Curso de PósGraduação da EAESPIFGV, Área de Concentração: Economia e Finanças Públicas).

NETO, João Hallack; SABOIA, João. Distribuição funcional da renda no brasil: análise dos resultados recentes e estimação da conta da renda. Ribeirão Preto: Econ Apl., vol. 18, no.3, July/Sept, 2014.

PIRES, M. F. C.; REIS, J. R. T. Globalização, neoliberalismo e universidade: algumas considerações. Interface \_ Comunicação, Saúde, Educação, v.3, n.4, 1999.

POLANYI, Karl. La grande transformation. Paris: Ed. Gallimard, 1940.

POLANYI, Karl. A grande transformação: as origens de nossa época; tradução de Fanny Wrabel. - 2. ed.- Ria de Janeiro: Compus, 2000.

RICARDO, DAVID. Princípios de Economia Política e Tributação. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1982.

SAWAYA, Rubens. Economia brasileira: crise e estagnação. São Paulo: Intermeios, 2018.

SMITH, Adam. Uma investigação sobre a natureza e Causa da Riqueza das Nações. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1983.

SOUZA, L. A. (1998). O mercado de capitais brasileiro no período 1987-97. Campinas: UNICAMP. Instituto de Economia. (Tese, Doutorado)

SOUZA, Pedro Herculano Guimarães Ferreira de. A desigualdade vista do topo: a concentração de renda entre os ricos no Brasil, 1926-2013. Brasília: Tese de Doutorado, Universidade de Brasília: Instituto de Ciências Sociais, 2016.

STEGER, Manfred B; ROY, Ravik. Introdução ao neoliberalismo. São Paulo: Editora Actual, 2013.

## ANEXOS

Anexo 1: Participação das remunerações do trabalho na renda e PIB per capita (pc)

ANOS	TOTAL DA ECONOMIA			SETOR PRIVADO			PIB R\$2009 PIB pc
	Calc Ingênuo REMASS	Ajuste 1 (REMASS+RENDM)	Ajuste 2 REMASS	Calc Ingênuo REMASS	Ajuste 1 (REMASS+RENDM)	Ajuste 2 REMASS	
	Vacf	VA cf	(REMASS+EOBP)	Vacf	VA cf	(REMASS+EOBP)	TOTAL DA ECONOMIA
IO WILLY 1959	38,6	41,6	39,8	34,1	37,9	35,8	5.206
FGV CNC 1970	40,7	43,7	42,0	35,7	36,1	35,4	7.564
FGV CNC 1975	36,6	43,1	39,1	32,2	37,8	33,4	10.801
FGV CNC 1980	38,4	44,2	40,7	35,0	40,1	36,1	13.593
FGV CNC 1985	42,5	47,4	44,6	38,8	42,7	39,5	12.909
IBGE TRU 1990	53,5	61,6	58,2	42,8	52,8	47,6	12.058
IBGE TRU 1991	47,8	55,8	52,0	38,4	47,9	42,4	11.669
IBGE TRU 1992	49,6	56,7	53,4	41,1	49,4	44,9	11.489
IBGE TRU 1993	52,0	59,3	56,1	43,7	52,2	47,8	11.878
IBGE TRU 1994	47,6	54,4	51,1	37,8	45,9	41,1	12.392
IBGE TRU 1995	50,1	65,2	59,0	42,0	57,2	49,5	13.917
IBGE TRU 1996	49,7	64,3	58,2	41,6	56,3	48,8	14.000
IBGE TRU 1997	48,0	61,9	55,8	40,0	54,0	46,5	14.256
IBGE TRU 1998	48,9	62,4	56,5	40,8	54,3	47,2	14.049
IBGE TRU 1999	48,6	62,2	56,3	40,5	53,9	46,8	13.876
IBGE TRU 2000	48,1	61,6	55,6	40,1	53,4	46,2	14.260
IBGE TRU 2001	48,7	61,7	56,0	40,3	53,2	46,3	14.237
IBGE TRU 2002	47,7	60,8	54,9	39,1	52,1	44,9	14.408

IBGE TRU 2003	47,2	59,8	54,0	38,8	51,2	44,3	14.375
IBGE TRU 2004	47,3	59,1	53,6	39,3	50,6	44,3	14.998
IBGE TRU 2005	48,3	59,5	54,4	40,1	51,0	45,0	15.279
IBGE TRU 2006	49,2	60,0	55,1	40,9	53,5	46,8	15.697
IBGE TRU 2007	49,6	60,4	55,6	41,2	53,9	47,2	16.469
IBGE TRU 2008	50,8	61,4	56,8	42,3	54,8	48,4	17.139
IBGE TRU 2009	52,3	60,2	56,8	43,7	55,1	49,3	16.918
MÉDIA 1959-2009	47,3	57,1	52,6	39,6	49,9	44,2	13.338
DESVIO PADRÃO	4,429	7,146	6,135	2,876	6,201	4,694	2.681
MÉDIA 1990-2009	49,2	60,4	55,5	40,7	52,6	46,3	14.168
DESVIO PADRÃO	1,746	2,600	2,006	1,642	2,741	2,188	1.663
corr c pibPC 59-09	0,5901	0,7055	0,7806	0,7315	0,7650	0,6140	-
corr c pibPC 90-09	0,0019	0,3585	0,0637	-0,1212	-0,4758	-0,3750	-

Fontes: IBGE, Contas Nacionais e Matriz de Insumo Produto, RIJCKEGHEM, (1969), e ipeadata. apud, Considera e Pessoa, 2013